

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de abril de 2011.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Pedro Tavares, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araujo, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Cláudia Oliveira, comunicando sua ausência das sessões nos dias 04 e 11/04/2011, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência da sessão no dia 10/03/2011, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Sidelvan Nóbrega, comunicando sua ausência da sessão no dia 31/03/2011, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero inclusive registrar aqui, depois farei uma abordagem com mais tempo, que vemos com alegria a manchete do jornal *Folha de São Paulo* de 16 de abril, quando coloca que o número de homicídios cai 41% no Estado de São Paulo. Diz a manchete: “*Taxa em São Paulo deixa de ser epidêmica.*” É evidente que essa queda do número de homicídios no principal Estado brasileiro é motivo de alegria porque observamos que no Brasil a partir do governo Lula, a partir de 2004, tivemos uma queda do número de homicídios. Na realidade, em 1979, pudemos registrar o número de 11 mil e 900 homicídios e, em 2003, foram registrados 51 mil homicídios. Portanto, um crescimento assustador. Estou falando da série histórica Brasil, o Brasil inteiro, todos os Estados brasileiros.

A partir de 2004, observamos uma queda do número de homicídios. Essa queda coincide com a política do presidente Lula e agora da presidenta Dilma Rousseff, que é uma política de implementar a justiça social, de buscar a redução das desigualdades sociais, uma política de melhoria das condições de vida da população. E todos sabem que no governo Lula cerca de 50 milhões de pessoas melhoraram de vida.

Portanto, essa redução do número de homicídios coincide também com a redução das desigualdades sociais. E agora, quando vemos a manchete do jornal *Folha de São Paulo* registrando uma queda do número de homicídios de 41% no principal Estado brasileiro, vemos isso com alegria. Sem dúvida alguma são novos desafios para que cada vez mais busquemos defender e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, uma sociedade em que todos possam viver com dignidade.

Por isso, registramos a queda do número de homicídios como um fator positivo. Precisamos avançar muito mais porque no que pese essa redução, o número de homicídios no Brasil, e em todos os estados brasileiros, ainda é bastante elevado.

Queria, por último, pedir para inserir nos Anais desta Casa o pronunciamento do presidente do nosso partido Renato Rabelo, com o título; “*Renato Rabelo defende a construção de um PCdoB forte.*” Subtítulo: “*Sem um partido forte as vitórias são improváveis e os êxitos efêmeros!*” O presidente do PCdoB apresentou o seu informe no 7º Encontro Nacional sobre Questões de Partido, em São Paulo, no dia 15 de abril de 2011”. O nosso presidente começou a falar que “o 7º Encontro Nacional sobre Questões de Partido se realiza em condições inéditas na história política do Brasil. Vivemos a terceira vitória das forças democráticas, progressistas, populares e de esquerda. O PCdoB apoia a luta pelo êxito do governo Dilma Rousseff – e dele faz

parte.”

Então queria fazer este registro e pedir para inserir nos Anais desta Casa o pronunciamento do presidente de nosso partido Renato Rabelo sobre a construção de um PCdoB muito forte.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Nobre deputada Luiza Maia, com certeza a senhora terá oportunidade de vir à tribuna dar o seu recado. Eu não tenho dúvidas disso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já dizia Abraham Lincoln *se as cidades forem destruídas e os campos conservados, as cidades ressurgirão; mas se queimarem os campos e conservarem as cidades, essas não sobreviverão*. Sr. Presidente, eu estive, na sexta-feira passada, com o deputado federal Rui Costa no território Portal do Sertão em Santo Estêvão. Nós tivemos a oportunidade de ver o trabalho grandioso, o trabalho dedicado do prefeito Rogério Costa que é voltado para a zona rural do município.

Participei juntamente com o deputado federal Rui Costa do evento de estruturação e infraestrutura para o desenvolvimento do meio rural. O evento iniciava e desencadeava as políticas públicas do município para atender às necessidades do pequeno agricultor e micro agricultor. Na oportunidade, iniciou-se o processo para arar as terras como também a limpeza de aguadas e o seguro Safra. São apoios da prefeitura municipal de Santo Estêvão para o fomento e desenvolvimento do micro e pequeno produtor. Este evento teve a participação de mais de mil agricultores. A partir daquele momento, inicia-se, então, as ações dessas políticas públicas de apoio da prefeitura municipal de Santo Estêvão para a zona rural do município. E essas são ações feitas neste momento e de maneira momentânea, de imediato.

Mas a administração de Rogério Costa tem se preocupado, verdadeiramente, em buscar fixar o homem no campo e levar a melhoria da qualidade de vida ao povo da zona rural.

Lá, a preocupação do gestor é com a Luz para Todos, com o abastecimento de água a todos os povoados da zona rural e também no sentido da política pública de habitação para a zona rural, onde dezenas de casas já foram entregues ao homem do campo.

Consequentemente, tivemos oportunidade de presenciar, testemunhar um evento dessa envergadura. Saímos de lá aplaudindo o prefeito Rogério Costa pela sua preocupação em dar uma condição melhor ao desenvolvimento do interior do município.

Queremos, Sr. Presidente, deixar registrados nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia os nossos aplausos a este grande gestor municipal, o prefeito do município de Santo Estêvão, Rogério Costa, pelo excelente trabalho que tem realizado na zona rural do município de Santo Estêvão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Sidelvan Nóbrega, e depois a V.Ex^a, deputada Luiza Maia.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- “Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Sr. Deputados, imprensa presente, Galerias, servidores, *Canal Assembleia*, boa-tarde a todos.

O índice de violência contra a mulher cresceu 112% de janeiro a junho de 2010. De acordo com a Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), foram 343.063 (trezentos e quarenta e três mil e sessenta e três) casos registrados no Brasil.

De acordo com a pesquisa baseada em dados do Ministério da Saúde, alguns tipos de violência contra a mulher são mais comuns, entre eles, a de gênero, que está associada às desigualdades entre os gêneros masculino e feminino; a violência intrafamiliar, em que a mulher deixa de fazer parte do desenvolvimento da família; a violência doméstica, em que as agressões podem partir de outro integrante que não seja da família; a violência física, quando o agressor utiliza da força física ou de algum tipo de arma para tentar causar alguma lesão na mulher; a violência sexual, quando o agressor tenta por coação ou força física manter relação sexual com essa mulher; e ainda , a vítima; a violência psicológica..

De acordo com dados, 62.301 (sessenta e dois mil e trezentos e um) registros de violência, 36.059 (trinta e seis mil e cinquenta e nove) estão relacionados à violência física, o que representa um percentual de 70% das queixas; 16.071 (dezesesseis mil e setenta e um), à violência psicológica; 7.597 (sete mil e quinhentos e noventa e sete) à violência moral; 826 (oitocentos e vinte e seis) à violência patrimonial; 1.280 (mil, duzentos e oitenta), Srs. E Sr^{as} Deputados, à violência sexual, além de 229 (duzentas e vinte e nove) situações de tráfico e outros 239 (duzentos e trinta e nove) casos de cárcere privado.

Notou-se que, na maioria das vezes, a vítima convive com o agressor. De todas as ocorrências, 14,7% foram exercidas por ex-namorado ou ex-companheiro, sendo que 72,1% convivem com o agressor dentro de casa, com 32.358 (trinta e dois mil e trezentos e cinquenta e oito) casos, a Bahia ocupa o segundo lugar no *ranking* nacional de violência contra a mulher. Em primeiro lugar vem o Estado de São Paulo, com 47. 107 (quarenta e sete mil e cento e sete) casos de violência. O terceiro lugar é do Estado do Rio de Janeiro, com 25. 274 (vinte e cinco mil e duzentos e setenta e quatro).

Geralmente, 67,3% dos casos representam vitimas com idade entre 25 e 50 anos, dos quais 48,3% possuem nível fundamental. Já os agressores têm entre 20 e 45 anos, o que representa 73,4%. O nível de escolaridade é de 55,3%, com nível fundamental.

Por estes dados, senhores, senhoras, dá para perceber que as mulheres vitimas da violência estão em idade produtiva. Muitas vezes, elas perdem a vida social que

tinham, por causa das consequências físicas e psicológicas provocadas pela violência. Desta forma, fiz uma Indicação ao nosso Poder Executivo, ao governador Jaques Wagner, para que seja dada prioridade no atendimento psicoterápico e de cirurgia plástica reparadora na rede pública de saúde, no âmbito do Estado, para a mulher vítima de violência doméstica e familiar. Para os efeitos desta lei, caracteriza-se o dano estético, quando a mulher passar a apresentar, em decorrência de violência, qualquer deformidade ou deficiência em relação aos parâmetros clínicos estéticos reconhecidos pela comunidade médica. Os hospitais públicos e demais serviços públicos de saúde, referências em cirurgia plástica do Estado da Bahia, quando for comprovada a agressão que lesionou a mulher, a existência de dano à sua integridade física, realizarão, prioritariamente, procedimento cirúrgico-estético, com a finalidade de restaurar a integridade física daquela. Encerro minha contribuição nessa Tribuna, pedindo ao nosso governador que disponha de ações voltadas – já que estamos criando a Secretaria para Mulheres – para as mulheres vítimas de violência doméstica em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Galeria Paulo Jackson, os que nos acompanham pelo canal Assembleia, Srs. da Imprensa, boa- tarde a todos, tenho quatro assuntos, mas, como sei que o tempo é muito pouco, vou tentar falar sobre dois, e se eu conseguir mais algum tempo, faço referência aos outros. Participei agora de manhã do encontro que teve o nome de orientação do TCM aos gestores municipais. Quero dessa tribuna parabenizar o Tribunal de Contas dos Municípios, a UPB, na pessoa do prefeito Caetano e do seu presidente pela representatividade daquele encontro. Vi, inclusive, com tristeza, um deboche no jornal, de que não me lembro agora, dizendo que era um encontro constrangedor, que os prefeitos com contas rejeitadas e o tribunal orientando. Quero ser solidário aos prefeitos, porque sabemos que em toda a instituição existe a sua banda boa e existem pessoas que não têm comportamentos adequados, mas não podemos generalizar e nem acusar os prefeitos, como foi feita uma acusação aí generalizada.

Acho que o encontro é importante. É um momento que se debate um novo municipalismo. É um momento que se discute a reforma política neste País. E nós precisamos colocar nessa pauta a questão da distribuição do bolo tributário. Não é justo. Tudo que acontece é no município, e ele fica com a menor parcela. A União é o grande concentrador dos recursos, o Estado vem um pouquinho e o Município um pouquinho de nada.

Então, está na hora, hoje não vai dar tempo de fazer a leitura do artigo do prefeito Caetano, presidente da UPB, mostrando a importância de colocarmos também na pauta desta Casa esse debate do novo municipalismo. Tem de reorganizar

o princípio federativo. Não pode ser dessa forma, o município fica com quase nada.

Ainda tem algumas situações. A palestra do nosso vice-governador, e Secretário, Otto Alencar, foi brilhante. Ele que foi Conselheiro durante 5 anos, mostrou como, às vezes, nas armadilhas para pegar os prefeitos, se desaprova uma conta por uma bobagem qualquer e a imprensa diz que o político ou o prefeito foi quem roubou. Já fui vítima disso.

Minhas contas tiveram uma ressalva porque na nossa Lei Orgânica a conta de gestora é da Câmara, e dizia que eu podia pagar extras para uma Sessão Extraordinária. O meu Jurídico disse que tinha defesa, que podia ser feito. Essa Casa aqui pagou por várias vezes Sessões Extraordinárias, e o Tribunal de Contas mandou que fossem devolvidos os 150 mil reais que foram pagos. Já devolvemos quase todo e, no entanto, muitos jornais disseram que eu havia pego o dinheiro para mim e que foi uma coisa errada que eu estava fazendo.

Precisamos ter muito cuidado. Acho que a solidariedade aos prefeitos, a essa iniciativa da UPB em fazer esse debate, essa orientação, é fundamental. Alguns deputados estiveram lá conosco e eu achei muito importante.

Como o tempo está acabando, quero também parabenizar o deputado Marcelino Galo pela Sessão brilhante que aconteceu aqui na sexta-feira. Não pude estar presente porque estávamos empossando e fazendo transmissão de cargo do nosso comandante do Décimo Segundo Batalhão, Comandante Castro, em Camaçari. Tive que estar presente nessa solenidade, mas o meu gabinete estava presente nessa Sessão importante, representativa.

Quero declarar o meu apoio à luta do Movimento Sem Terra pela reforma agrária. Acho que o crime é não fazer a reforma agrária. O Brasil está atrasado, é um dos poucos países do mundo que ainda não fizeram a reforma agrária, não por falta de vontade política dos nossos gestores, principalmente do presidente Lula e, hoje, da presidente Dilma.

Acho que a Bancada ruralista e os grandes latifundiários dessa terra que fazem a pressão e elegem suas Bancadas para impedir as mudanças que precisam ser feitas na lei deste Brasil para que essa terra seja distribuída para quem quer nela trabalhar, é uma realidade e precisamos também enfrentar essa discussão.

Aproveito também para registrar meu repúdio. No dia 17 de abril, todos sabem, há 19 anos se não me falha a memória, aconteceu o massacre de El Dorado do Carajás, e o Abril Vermelho tem todo meu apoio.

A luta dos sem-terra é uma luta justa, precisa ser apoiada, esta Casa precisa trazer para sua pauta. Vamos distribuir as terras deste Brasil para concentrar o homem no campo, quem quer ficar no campo e fazer a riqueza deste Brasil para todos.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, senhoras e Srs. Deputados,

colegas da Imprensa, amigos nas galerias, quero destacar, no início da minha fala, o Congresso da UGT, que aconteceu nesse final de semana em Salvador, em um hotel. Quero destacar os debates preparatórios para o Congresso Nacional no mês de julho.

Quero abraçar o companheiro Álvaro Rios, presidente da UGT no Estado da Bahia; companheiro Ricardo Patah, presidente nacional da UGT; e Chiquinho Pereira, Secretário Nacional da UGT. Parabenizo todos os companheiros pelo congresso e agradeço pelo convite.

Quero também destacar o aniversário de emancipação política da cidade de Antônio Cardoso, que completa hoje 49 anos de emancipação. Na verdade, o distrito de Umburanas, que pertencia ao município de São Gonçalo dos Campos, foi emancipado e virou a cidade de Antônio Cardoso.

Abraço todos os cardosenses pelo dia de hoje, com uma programação festiva; abraço à prefeita Maria Angélica, ao presidente da Câmara, Zequinha do Sindicato e a todos os companheiros e amigos da cidade de Antônio Cardoso.

Ora, há pouco a deputada Luiza Maia disse que não fazer a reforma agrária é um crime. É verdade, eu concordo que tem que haver distribuição de terras. Mas também não se deve questionar, não se deve jogar nos ombros que a culpa é da Bancada Ruralista. Na verdade, a culpa é do governo, que está na mesma pasmaceira do governo passado. O governo Lula não avançou praticamente nada e o governo de Dilma Rousseff continua no mesmo diapasão.

Ora, não se assume a culpa e quer jogar em governos passados. Não quero eximir o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso da sua culpa, mas também não observar que o governo Lula não tem nenhuma? Que o governo Wagner também não tem nenhuma culpa? Pelo amor de Deus, faça-me uma garapa, é querer tapar o sol com a peneira.

Faz-se a reforma agrária, mas de forma muito lenta, que não contempla os trabalhadores. O Movimento Sem Terra está eufórico, reivindicando, e eu sou favorável, tem que haver distribuição de terras, até porque hoje já podemos entender que aqui na Bahia já existe o Bolsa Filé. Depois do Bolsa Família, esse programa extraordinário de alto alcance social, depois do Bolsa Juros, quando os banqueiros, em toda história desta nação encheram os cofres de dinheiro com os juros altíssimos, agora temos o Bolsa Filé.

O Movimento Sem Terra foi tratado de forma digna com carne de primeira qualidade, deve ser, sanitários químicos, toda infraestrutura. Agora queremos associar com os moradores de rua da Bahia, que devem também ser contemplados com o peixe na Semana Santa. Parabéns ao governador Wagner pela distribuição de carne aos trabalhadores sem terra, mas também deve olhar os trabalhadores, aqueles que estão numa condição muito crítica e especialmente os moradores de rua, que também devem ser contemplados com o Bolsa Peixe, e não só os integrantes do Movimento Sem Terra.

Gostaria de fazer um questionamento, mas o faço à deputada Graça Pimenta na minha fala no horário do PSC/PTN. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Álvaro Gomes, colegas deputados, senhores presentes nas galerias, nosso corpo técnico administrativo sempre presente nas nossas sessões, nessa linha de apresentação da agenda das reivindicações locais, regionais que tenho trazido para esta Assembleia, gostaria de deixar registrada uma pauta na área de esportes.

Vitória da Conquista, como os senhores sabem, é o terceiro município da Bahia, o segundo do interior, que se desenvolve na área da educação e saúde. São seis universidades, duas públicas – Uesb e a Federal, quatro particulares e mais algumas instituições isoladas. Na área da saúde, graças a Deus, somos uma referência nacional. Já reduzimos a mortalidade infantil de 48 para 16. Em vários setores, estamos desenvolvendo importantes projetos.

Na minha gestão, tive a oportunidade, modéstia à parte, de criar uma infraestrutura esportiva com quadras poliesportivas na zona rural, nos distritos. Na zona urbana, reformamos o ginásio de esportes construído nos anos 80 com capacidade para nove mil pessoas. Nós reduzimos essa capacidade porque melhoramos a segurança.

Temos em nossa agenda os estádios de futebol de Vitória da Conquista. O primeiro estádio foi construído nos anos 50 e chama-se Estádio Edvaldo Flores, que passou por algumas reformas, ainda em meu governo, mas precisa de uma infraestrutura mais moderna para aliar a prática do futebol ao lazer.

O segundo é o Estádio Lomanto Júnior, construído nos anos 60. É, de fato, a praça esportiva mais bonita do interior da Bahia. Eu não disse a maior, a mais iluminada; disse a mais bonita, segundo depoimento de grandes atletas como Paulo Vítor, Zico e Roberto. Vocês podem ver, pela televisão, que é uma maravilha, todo arborizado, mas carece de uma infraestrutura. Mesmo porque, próximo ao Estádio Lomanto Júnior, está a estação de tratamento da Embasa, que vai sair agora, porque o governo federal investiu, ainda em minha gestão, R\$ 80 milhões. Com isso, Vitória da Conquista vai atingir 90% de ligações de esgoto. Esse espaço onde era a estação da Embasa pode ser transformado em um grande parque de lazer.

O terceiro estádio, dos anos 90, é o Estádio Murilão.

Esses estádios precisam de uma modernização e principalmente de uma reforma que os torne espaços não só para o futebol, mas, também, um espaço de convivência com a cidade. Por isso estamos indicando ao governo do Estado da Bahia para que essas praças esportivas sejam recuperadas, modernizadas, reformadas, aliando a prática do futebol com o chamado urbanismo ativo.

Não dá mais para, sobretudo agora com a Copa do Mundo, investir bilhões de reais para verdadeiras estruturas que só servirão para o desempenho de grandes espetáculos. É claro que esses espetáculos fazem parte da cultura brasileira. O futebol é uma das características da nossa formação cultural.

Mas nós queremos aliar essa dimensão comercial, dos grandes investimentos,

com a dimensão social, bem como da integração da cidade a esses equipamentos.

Por isso estamos indicando, ao nosso governador e lá em Brasília, nessa parceria que temos com o grande amigo e companheiro o deputado federal Waldenor Pereira, vamos juntos trabalhar para que essas praças sejam recuperadas. Estaremos indicando, também, no PPA e na LDO.

O nosso amigo Waldenor Pereira estará indicando, em Brasília, para que o governo federal, numa associação, possa recuperar as referidas praças esportivas aproveitando o grande momento da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Era isso, Sr. Presidente, que gostaria de deixar registrado.

Para finalizar, Sr. Presidente, estou solicitando à minha Liderança um espaço maior para que possa discutir a saída do Bresser Pereira do PSDB. Não por sua saída, mas pela carta que ele deixou. Que beleza! Que documento! Mas todos deveriam ler, porque ali está uma outra visão do PSDB, uma outra visão do Brasil. Ele sinaliza claramente que é possível construir uma nação mais justa, mais igualitária.

É uma peça que nenhum deputado, jornalista ou estudioso deve deixar de ler e estudar.

Voltarei. Peço à minha Liderança 25 minutos para debruçarmos sobre essas reflexões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, demais convidados, quero dizer da minha alegria de ter participado hoje, juntamente com alguns deputados, como Carlos Geilson, Ivana, Luiza Maia, Zé Raimundo, Joseildo, de um grande seminário coordenado pelo Tribunal de Contas dos Municípios e pela UPB.

Esse seminário inicia, realmente, um debate extremamente singular em relação ao acompanhamento das contas dos municípios. Quem aqui já foi prefeito sabe exatamente sobre o que estou falando. Vi hoje diversas intervenções, inclusive do ex-conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, hoje, vice-governador do Estado, que colocou que a legislação, às vezes, é extremamente rígida frente às mudanças que ocorrem durante uma gestão pública nos diversos municípios.

Daí eu dizer que foi um debate extremamente atualizado, diferentemente do que algumas pessoas colocaram, que era um debate constrangedor, inadequado. Precisamos compreender que não podemos criminalizar os gestores por erros técnicos que, às vezes, acontecem do ponto de vista de uma gestão pública. E eles ficam, obviamente, numa situação extremamente desconcertante, porque, mesmo tendo ocorrido um erro técnico, são expostos na mídia como políticos de ficha suja.

Acho que esse é um debate que precisamos trazer para a Assembleia Legislativa, para que possamos verificar, dentro do local exato, de que maneira poderemos contribuir para minimizar essas crises que acontecem, por causa da

legislação, no processo de gestão nos diversos municípios do Brasil, em especial aqui, na Bahia.

Quero dizer também que, do ponto de vista da Defesa do Consumidor, está prevista para o dia 11 de maio a vinda da diretora-presidente do Procon, Cristiana Menezes, à nossa comissão. A coordenação da comissão, eu e o deputado Pedro Tavares, está convidando os demais deputados a participarem dessa sessão, porque teremos uma oportunidade imensa de debater os principais temas que dizem respeito aos interesses da sociedade do ponto de vista da Defesa do Consumidor.

Gostaria de aproveitar, também, este momento para dizer, deputado Carlos Geilson, que é natural que, às vezes, não compreendamos o quanto o governo do presidente Lula foi importante para o desenvolvimento dos movimentos sociais.

Quero dizer, aqui, que não sou daqueles que entendem que ou tudo está certo ou tudo está errado, mas tenho a convicção de que a reforma agrária teve um desenvolvimento fantástico no governo do presidente Lula. E não só pela quantidade de terras distribuídas, porque reforma agrária não pressupõe apenas a entrega da terra às pessoas, pois se não houver condições do desenvolvimento nela, não faz sentido algum a distribuição de terras para as pessoas.

E convido o deputado para ir comigo ao assentamento de Arataca para verificar uma das obras mais importantes, na minha opinião, de reforma agrária: a criação de um curso superior de Agronomia nesse assentamento, deputado Zé Raimundo, que foi patrocinado pelo governo federal em parceria com a Petrobras e com o governo do Estado da Bahia.

Então, quero dizer que são ações desse tipo que demonstram o quanto esse governo tem preocupação com o lado social. Aqui, não temos que estar discutindo quem fez mais ou quem fez menos, acho isso muito pequeno. Temos que entender que cada um de nós deve ser ator no processo de desenvolvimento para avançar no sentido de que os mais necessitados possam melhorar sua vida neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Álvaro Gomes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa e das Galerias, senhores que nos ouvem, gostaria de também parabenizar o deputado estadual Marcelino Galo e o deputado federal Valmir Assunção, ex-secretário de Desenvolvimento Social do nosso Estado. Eles, com muito heroísmo e continuidade das suas lutas e de suas ações, estão acompanhando os companheiros e companheiras trabalhadores rurais, homens e mulheres honrados, de bem, que lutam pela necessidade da inclusão à terra, que é um patrimônio do próprio Deus, para os mais simples da humanidade.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra brilhou esta Casa durante a sua visita a este Plenário, mostrando a sua força, a sua unidade. São homens, mulheres e crianças que necessitam dessas terras para produzir, para plantar,

podendo, assim, manter suas vidas com dignidade, sem necessitar esmolar ao poder público.

Peço às autoridades todo o apoio necessário para que esses trabalhadores, que se deslocam com dificuldade de suas cidades para fazer os seus movimentos. Às vezes, como forma de pressão para conseguir a reforma agrária, eles precisam ocupar terras devolutas. E que são essas terras devolutas? São grandes áreas de fazendeiros ou de empresários que apenas as detêm simplesmente por vício de grandeza, por mania de querer possuir tudo.

Então, precisamos que as autoridades, principalmente a nossa querida presidenta da República, Dilma Rousseff, a expressão da mulher que está no poder, promovam gestões no sentido de agilizar e ver o que está faltando. E também precisamos que o INCRA seja visto como um órgão que possa planejar e executar políticas públicas nessa área.

E essas pessoas que estão acampadas na Secretaria da Agricultura precisam ter, sim, infraestrutura, porque são cidadãos que estão se mobilizando. Eles lutam para não ser reféns do crime; lutam para não ser tiranos. E a maneira que têm de fazer a sua manifestação é justamente ocupando, principalmente, espaços do povo, ou seja, os espaços públicos, buscando abrir um diálogo.

E tenho convicção de que S.Ex^a o governador Jaques Wagner – que acabou de chegar da China, onde estava tratando de assuntos de grande importância para a economia, para a reestruturação, para a continuação do crescimento do nosso Estado, que se dá, justamente, a partir da sua entrada no governo – tomará conhecimento dessa pauta de reivindicação dos trabalhadores sem terra e buscará um meio de atendê-los. Pode até não atender em tudo, porque o governo não faz mágica, mas tenho certeza de que, na maioria da sua pauta, que é justa, afinal esse é um movimento que traz a guarda de homens, mulheres, crianças, trabalhadores e trabalhadoras que vivem no campo e precisam ser respeitados, eu tenho convicção que esse é o espírito da presidente Dilma Rousseff e do nosso querido e grande democrata, governador Jaques Wagner, que estará abrindo o seu coração e a sua estrutura administrativa para socorrer esses sem-terras que estão acampados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Grande Expediente.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, dou como referência o Art. 33 do Regimento Interno para solicitar de V.Ex^a que mande marcar o tempo que me deve ser destinado, por gentileza.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a quer fazer uma comunicação

inadiável?

O Sr. Targino Machado:- Sim. Comunicação inadiável por 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Targino Machado para uma comunicação inadiável, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, dou como referência ainda o Art. 17, que diz no seu *caput* o seguinte:

Ao deputado que por motivo de doença comprovada se encontrar impossibilitado de atender aos deveres do exercício do mandato, será concedida a licença para tratamento de saúde.

§ 1º - O requerimento dirigido ao presidente da Assembleia será feito pelo interessado ou, na sua impossibilidade, pelo Líder do partido, devendo vir acompanhado de laudo médico firmado por 3 (três) peritos do serviço da Assembleia, onde se estimará o tempo de duração do impedimento.

Digo essas coisas, Excelência, e li para dar conhecimento a esta Casa, porque acho que todos nós deveríamos nos comportar, neste Plenário, seguindo fielmente o que determina a nossa Bíblia, o nosso Regimento Interno. E, dessa forma, procedi, dei entrada em requerimento, Excelência, no dia 31/03 do ano em curso, onde se lê o seguinte:

“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Marcelo Nilo.

O deputado abaixo signatário, com assento nesta Casa Legislativa pelo PSC – Partido Social Cristão, vem com fulcro no Art. 14, inciso IV, combinado com o Art. 17 § 1º do Regimento Interno, requerer de V.Exª se digne deferir licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico da lavra de três peritos médicos do serviço desta Assembleia, conforme cópia em anexo no período de 19 a 28 de abril do ano em curso.

Pede deferimento.

Sala das Sessões, 31 de março de 2011.

Deputado Targino Machado.”

Sr. Presidente, trouxe, junto com esse requerimento, um relatório médico da lavra de três profissionais médicos do Serviço Médico da Casa, que são os doutores: Patrícia Pontes Vieira, Leonardo Pinto de Abreu e Marco Antônio Rocha Pacheco, todos médicos do Serviço Médico desta Casa.

Fiz questão, Sr. Presidente, de me comportar dessa forma, porque lamento muito e não sou juiz comportamental, mas analiso as pessoas aqui pelo respeito ao Regimento da Casa. Fiz questão – autorrotulo-me de regimentalista – de comportar-me dentro das diretrizes estabelecidas pelo Regimento. Se outros não fazem, deveriam fazê-lo, e eu não tenho nada com isso, até porque cabe à Mesa Diretora desta Casa e ao Sr. Presidente exigir o cumprimento fiel do Regimento Interno desta Casa, coisa, até, que não vem sendo feita e que eu gostaria de que fosse retomada, porque, por exemplo, fico triste em vê-lo solitário nessa mesa dirigindo os trabalhos desta Casa, quando eu e todos nós aqui votamos em oito titulares para a Mesa Diretora e em cinco suplentes. Uma das diferenças que encontrei nesta Casa, no meu

retorno, foi essa ignomínia de ver o presidente somente, alguém somente presidindo a sessão sem os demais membros – o 1º e 2º secretários estarem representados na mesa. Mas estou cansado de ser o “patinho feio”. É a segunda ou terceira vez nesta 17ª Legislatura que reclamo dessas coisas e quero que seja a última. Não porque eu vá me quedar, mas, por ser democrata e se a maioria está entendendo que é assim que deve ser, vamos tolerar.

Sr. Presidente, a liderança do Bloco PSC/PTN que ora exerço não sofrerá solução de continuidade nesta Casa em nenhum momento. Melhor vice que o meu não há, melhor vice que o deputado Carlos Geilson. E não é porque é amigo e, sim, porque é competente tocará os trabalhos neste Parlamento, sinalizando, tenho certeza, de forma clara as nossas posições, as posições definidas pelos dois partidos – PSC/PTN – e, seguramente, de forma muito mais competente do que o substituído tem podido fazer nesta Casa.

Sr. Presidente, quero também aproveitar o momento, o tempo que me resta, para levar os meus votos de congratulações ao município e aos munícipes, às autoridades, ao prefeito, ao presidente da Câmara do município de Antônio Cardoso que hoje comemora mais um ano de emancipação política. Inclusive, já dei entrada nesta Casa, já protocolei a moção de congratulações.

Para concluir, quero dizer que tenho a compreensão de que a reforma agrária, de agora em diante, não se medirá pela quantidade de terra distribuída para o assentamento de famílias de sem-terra, ou a reforma agrária não se dará pela assistência técnica ou pelo financiamento que se possa prover, deputado Geilson, a esses assentados, àqueles assentados. A reforma agrária, de agora em diante, será medida pela falta absoluta de respeito às normas, às liturgias. A reforma agrária, de agora em diante, será medida pela anarquia, pela quantidade de carne distribuída com o dinheiro do povo, pela quantidade de verduras, de legumes e pela quantidade de sanitários públicos instalados para patrocinar a invasão de prédio público.

Espero ter produzido os efeitos que imaginava produzir na tarde de hoje com a nossa fala.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Targino Machado, está registrada sua solicitação.

E a Presidência desta Mesa deseja a V.Exª que tenha plena recuperação no período em que vai precisar ausentar-se para tratamento de saúde. Desejamos muito sucesso e uma recuperação plena para que V.Exª retorne o mais rapidamente possível à Casa para dar suas contribuições neste Plenário da Assembleia Legislativa.

O Sr. Targino Machado:- Pela alegria de V.Exª, tenho certeza. Agradeço os votos. E voltarei bem melhor: oxigenado, revigorado. O PT pode ter certeza disso.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Grande Expediente, deputado José de Arimatéia, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs.

Deputados, imprensa aqui presente, todos na Galeria, mais uma vez retorno a esta tribuna. E no início da minha fala quero parabenizar o Tribunal de Contas do Município e a UPB por estarem realizando um seminário, no dia de hoje e amanhã, no Centro de Convenções, para os prefeitos da nossa Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, da Comissão de Saúde, aprovamos um cronograma de visitas a hospitais em algumas cidades do Estado da Bahia. Na quinta-feira, visitamos o Hospital Ouro Negro, na Cidade de Candeias, o Hospital da Criança e o Hospital Clériston Andrade, em Feira de Santana.

Antes de falar, aqui, da importância dessas visitas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero lembrar que no início do mês, dia 7 de abril, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, a comissão promoveu vários eventos aqui, nesta Casa. Também tivemos a vinda do secretário da Saúde, Dr. Jorge Solla, que veio com sua equipe para fazer uma explanação da situação da saúde no Estado da Bahia e uma prestação de contas sobre como ele recebeu a Secretaria da Saúde e como está, hoje, a referida pasta.

Inclusive, ele deixou este relatório à disposição dos Srs. Deputados, o qual gostaria de ler. Chamo a atenção dos deputados da Oposição, que têm questionado alguns assuntos à respeito da saúde. Nós, da comissão, entendemos que a questão da saúde não deve ser só tratada na sala da comissão, mas, sim, deve ser tratada de forma geral, e mostrada não só aos titulares da comissão, aos suplentes, mas também à Casa, à imprensa falada, escrita e televisada.

Vou ler, aqui, Srs. Deputados, o relatório que fizemos com a apresentação dos dados que o secretário, Dr. Jorge Solla, passou para a Comissão de Saúde.

Apresentação que o Dr. Jorge Solla fez nesta Casa no Dia Mundial da Saúde, a convite da Comissão de Saúde e Saneamento.

(Lê) “Sua apresentação foi cuidadosa para relatar como encontrou a saúde na Bahia, tendo como base os indicadores de saúde e de investimentos: a Bahia detinha os piores indicadores de saúde da região Nordeste; a cobertura assistencial era das mais baixas do Brasil; a dívida era de mais de R\$ 217 milhões; o descumprimento das contrapartidas financeiras obrigatórias era norma; havia carência de profissionais de saúde, além da ausência de recomposição do quadro de servidores com concursos; precarização da força de trabalho em saúde; concentração da baixa oferta especializada existente na capital; insuficiência de leitos em hospitais de referência; baixa cobertura de atenção básica (PSF) - a menor do Nordeste; hospitais estaduais desabastecidos e falta de equipamentos; carência de leitos de UTI - muitos dos existentes encontravam-se desaparelhados; não-cumprimento da programação de medicamentos; existência de vários contratos apresentando irregularidades; e fragilidade dos mecanismos da gestão.

O próximo passo, portanto, foi apresentar a comparação da gestão anterior e da atual para avaliar corretamente os investimentos feitos na saúde pelo governo Jaques Wagner desde o primeiro mandato:

Observou-se que, nos anos de 2003 a 2006 foram investidos pelo governo anterior R\$ 3.869.935,00 enquanto entre 2007 e 2010 foram investidos R\$

6.544.799,00.

Em relação a regulação, controle e avaliação:

Foram repassados R\$ 445 milhões para o pagamento da rede credenciada ao SUS, hospitais filantrópicos e de pequeno porte sob gestão estadual.

Foram aplicados cerca de R\$ 34,4 milhões em contratos de 104 leitos de retaguarda (nos Hospitais Dois de Julho, Martagão Gesteira e Salvador), mutirão de cirurgias, diversos exames especializados e UIT aérea.

Foram contratados 531 serviços especializados públicos municipais em 306 cidades - somente entre 2007 e 2010.

471 profissionais dos municípios foram capacitados para a utilização dos sistemas de informação em controle e avaliação.

Postos de atendimento do call center passaram a realizar agendamento para usuários da macrorregião Norte para procedimentos de cirurgia geral, proctológica, vascular e mastologia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

1.035 pacientes foram beneficiados pelo tratamento fora do domicílio que é o IFD. Foi implantada a 1ª unidade descentralizada da escola (UDEFTS) em Itaberaba.

199 municípios receberam apoio institucional para o desenvolvimento dos cursos de educação profissional.

Em relação aos profissionais que passaram por processos formativos, somente em 2010:

11.594 profissionais foram qualificados . Só em 2010.

1.022 docentes dos cursos de enfermagem e odontologia foram capacitados.

84 profissionais estão em cursos técnicos de enfermagem e outros 88 estão em cursos de complementação para técnico.

173 profissionais de vigilâncias sanitárias e ambientais tiveram acesso a curso de atualização e aperfeiçoamento.

25 profissionais da área de laboratórios de saúde pública tiveram acesso à atualização.

1.104 ACS encontram-se em formação pelos cursos descentralizados da EFTS;
240 técnicos em saúde bucal das ESB (em formação)

129 profissionais - curso técnico de enfermagem e complementação

17 profissionais - atualização para laboratórios de saúde pública

Convênio com MS para construção da nova sede da EFTS e da EESP.

Srs. Deputados e Deputadas, vale ressaltar que vários outros investimentos foram aplicados em educação permanente em saúde fazendo a requalificação profissional, controle de doenças imunopreveníveis, controle de doenças de transmissão vetorial, instalação de 14 centros de referência de saúde do trabalhador, implantação de 06 laboratórios de saúde pública e vigilância da qualidade da água...”

Atenção, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, lamento o Plenário estar vazio, sem deputados da Oposição. Não querem ouvir este pequeno relatório que estou fazendo aqui, mas vai estar a disposição de todos os senhores.

(Lê) “(...) construção de 5 novos hospitais e reforma de mais dois, ampliação de 1.218 novos leitos hospitalares, implantação de redes de atenção especializadas, ampliação do SAMU de 14 para 233 municípios.

O programa de triagem neonatal, repasse para implantação de programas de atenção básica como: saúde da criança, saúde da mulher, saúde bucal, saúde mental, saúde do Idoso, saúde do homem.

Portanto é perceptível o crescimento dos investimentos em saúde e haverá para estes próximos quatro anos um investimento ainda maior para prestar um serviço de saúde de excelência à população.”

Srs. Deputados, deputado Luciano Simões, a comemoração do Dia Mundial da Saúde, no dia 07 de abril, teve início às 9h, como já falei aqui, com palestras de médicos e também a presença do secretário que fez essa brilhante apresentação de prestação de contas do governo do Estado na área da saúde.

E nós, da Comissão de Saúde, depois de aprovado esse cronograma de visitas, estamos visitando os hospitais. Estivemos na quinta-feira na cidade de Feira de Santana, quando tivemos a presença da deputada Graça Pimenta...

O Sr. Luciano Simões:- Um aparte.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Pois não, deputado, é um prazer ceder um aparte a V.Ex^a que representa os Srs. Deputados da Oposição, lamentando a falta, mas a Oposição está bem representada por V.Ex^a.

O Sr. Luciano Simões:- Nobre deputado José de Arimatéia, V.Ex^a fala da boa situação em que se encontra a saúde no Estado da Bahia. O quadro que a imprensa estadual e até a imprensa nacional tem mostrado é um quadro degradante da saúde pública na Bahia.

Não vou muito longe para não ocupar o tempo de V.Ex^a, usarei de um horário, oportunamente, mas vou citar apenas o jornal de domingo e o de hoje. O jornal de maior circulação no nordeste, o jornal *A Tarde*, na sua revista de domingo, publica uma matéria com o Dr. Marcos Luna, nefrologista. E ele coloca para toda a Bahia, todo o Nordeste e todo o Brasil que a Bahia não tem um programa de transplante renal, há uma crise total nessa área no Estado da Bahia.

E não ficando por aí, o mesmo jornal *A Tarde*, de hoje, na página A- 9, vem mostrando para a Bahia e para o Nordeste a deficiência da Bahia no que diz respeito aos portadores de HIV. A AIDS em Salvador tem acesso tardio ao atendimento.

A estruturação no setor de saúde do Estado está em crise, como estão em crise as universidades estaduais, basta V.Ex^a ou qualquer baiano ter acesso à imprensa da Bahia, apenas no dia de ontem e no dia de hoje.

Eu vou, deputado José de Arimatéia, fazer também um pronunciamento sobre essa crise na saúde da Bahia. Vou encaminhar a V.Ex^a, como presidente da Comissão de Saúde, requerimentos no sentido de fazer com que a Comissão de Saúde da Assembleia possa trabalhar no sentido de corrigir essas distorções no sistema de saúde no Estado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Deputado Luciano Simões, o que apresentei aqui é o que foi feito durante os quatro primeiros anos do governo Jaques Wagner na

área de saúde. V.Ex^a sabe que como falei aqui, logo no início do meu pronunciamento, o governo do Estado, a Secretaria de Saúde do Estado recebeu a dívida de 217 milhões de reais na saúde da Bahia, estava realmente na UTI.

Então, veja, em quatro anos de governo já construíram cinco hospitais, e o que já relatei aqui, que não vou repetir mas vou passar para V.Ex^a o relatório do que foi feito, e o próprio secretário disse que nesses quatro anos agora, com certeza, problema como esse que V.Ex^a acaba de falar será realmente resolvido. Nós esperamos que seja resolvido, porque a arrecadação, o repasse do governo federal aumentou e, conseqüentemente, será resolvido esse problema que nenhum governo fez, como já falei aqui, pelo menos 16 anos que estou aqui na Bahia e nunca vi, nesses governos que já passaram, construir cinco hospitais no Estado da Bahia, aumentar o número de funcionários qualificados, preparados, nunca aconteceu e agora estamos vendo isso.

Então, esperamos, por exemplo, talvez não dê para ler aqui o relatório do que vimos nessa visita ao Hospital Estadual da Criança em Feira de Santana, mas aqui está o relatório, e os deputados que foram na comissão puderam ver – primeiro nós assistimos, fomos bem recebidos pela Dr^a Gisélia, representando o secretário Dr. Jorge Solla e a Dr^a Edilma, fizeram uma explanação de como funcionava, de como estava, como era o Hospital da Criança. Depois nós saímos para verificar tudo aquilo que foi explanado.

Mas, aqui eu vou passar também para os Srs. Deputados, porque eu acho que a função da Comissão de Saúde desta Casa não é só, como já falei, para mostrar e receber os problemas que estão acontecendo e discutirmos só dentro da comissão. Por exemplo: nós temos um problema que esta Casa tem que se manifestar, com relação ao tomógrafo do Hospital da Criança, que o governo do Estado fez a licitação e a empresa concorrente entrou com liminar contra a que ganhou, e por conta disso está embargada a entrega deste equipamento.

Então, acho que esta Casa, não só a Comissão, que já marcou audiência com a presidente do Tribunal de Justiça, mas nós deputados, todos os 63, temos a obrigação de manifestar a nossa preocupação à presidente do Tribunal de Justiça para que esse tomógrafo possa, realmente, vir a funcionar, pois está parado devido à burocracia que está havendo na Justiça.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Pois não, deputado.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre deputado José de Arimatéia, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento calcado em dados, em informações, em todas essas ações do nosso governo. V.Ex^a que, naturalmente, se apropriou com mais detalhe desses dados nos dá, aqui, um verdadeiro roteiro para fazer o debate sobre a saúde pública na Bahia.

Quero parabenizar V.Ex^a pelo trabalho que vem fazendo à frente da Comissão de Saúde e dizer o seguinte: eu acho que os críticos que vêm tentando desqualificar a gestão do governador Wagner e do nosso secretário Solla, deveriam lembrar o seguinte: - não é o caso do deputado Luciano Simões, porque sei que ele vem de uma

origem de defesa de políticas sociais justas, - mas tem muitos críticos aí que são os mesmos que votaram e que apoiaram aquela medida lá no Congresso Nacional que tirou da Saúde quase 40 bilhões de reais.

A saúde pública brasileira, que é um sistema que vem sendo construído com muita luta, com muita dedicação, e o Dr. Jorge Solla, que participa desde os anos 70, 80, do movimento pela saúde pública no Brasil, foi nosso secretário em Vitória da Conquista, secretário do Ministério da Saúde, qualificado professor, doutor pela Universidade Federal da Bahia, conhecido nacionalmente, e ele foi escolhido pelo governador Wagner para tocar esse padrão e essa concepção de saúde, com base, naturalmente, nos indicadores sociais importantes.

Mas, lamentavelmente, fala-se das questões visíveis mas não se fala das consequências profundas deste país injusto: tiraram 40 bilhões da saúde quando tiraram a CPMF, argumentando carga de imposto, etc. Ao mesmo tempo os Estados Unidos colocam lá bilhões e bilhões de dólares para fazer o sistema público de saúde.

Parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:-Muito obrigado.

Incorporo o aparte do deputado Zé Raimundo.

Concedo o aparte ao deputado Joseildo Ramos, homem forte de Alagoinhas.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado José de Arimatéia, eu fico muito feliz em ouvir o pronunciamento de V.Ex^a, e o parabenizo pela clareza e objetividade do que V.Ex^a traz a esta Casa.

Mas, também - acho que é oportuno lembrar - sei que o deputado Luciano Simões, que se debateu muito, aqui nesta Casa, acerca desse tema, em outros tempos, sabe que há mais de 20 anos que não se construía um hospital no Estado da Bahia. E hoje, além de se construir, como o Hospital do Subúrbio, como o Hospital da Criança e os outros, regionalizando, dando capilaridade à Secretaria da Saúde do Estado, isso, estrategicamente, está modificando um processo terrível, anacrônico que acontecia com a Bahia. A demanda que a Bahia apresentava junto ao governo federal era pífia, era mínima e, literalmente, nos governos anteriores, a saúde era privatizada entre nós, tanto que Salvador foi uma das últimas capitais desse País a ter a sua gestão plena, porque os interesses da saúde, ao invés de serem públicos, eram privatizados.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Muito obrigado, deputado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero aqui parabenizar o governo Jaques Wagner e também o Secretário da Saúde, porque, desses quatro anos, assumir uma secretaria com uma dívida de quase R\$ 220 milhões e ainda fazer o que já foi feito e nós sabemos que ainda fará muito mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto do orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. da Imprensa, subo, neste momento, à tribuna, para me associar às palavras do deputado José de Artimatéia, nosso presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, comissão que tenho a honra de fazer parte, de ser membro, pela sua atuação constante, pela sua abnegação, indo aos locais, indo conhecer hospitais regionais, conhecer como está a saúde em nosso Estado.

Há pouco, o nosso presidente da Comissão de Saúde falou aqui sobre a situação caótica em que se encontrava a saúde do Estado, antes do primeiro mandato do governador Jaques Wagner, as dívidas, as inadimplências, as mazelas que foram encontradas, e também sobre o que vem sendo feito.

Não dá para dizer tudo, mas, também, na sessão passada eu estive aqui falando sobre o crescimento, sobre o avanço da saúde. É claro que ainda falta muita coisa, mas o bom é que nós sabemos da desenvoltura do secretário Jorge Solla, que é um missionário a serviço da saúde. Ele começou em Vitória da Conquista; depois foi para Brasília, onde também demonstrou seus conhecimentos, sua boa vontade; em seguida, o governador fez esse achado precioso, trazendo-o para dirigir a Saúde neste Estado. Assim, graças a Deus, vemos a construção de cinco novos hospitais e várias reformas em outras unidades.

Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar de lamentar a situação caótica da saúde em Candeias, muito embora saibamos que o governo do Estado não tem como agir lá, porque a saúde é municipalizada. Há quase 14 anos que os gestores municipais assumiram a saúde, mas, lamentavelmente, não foi investido nada nessa área daquela cidade tão sofrida. Na verdade, sofrida em tantas outras áreas.

Há poucos dias, uma senhora morreu de parto em Candeias, coisa que há muito tempo não ouvíamos falar. E não é apenas isso, Sr. Presidente. O povo está entristecido, os jovens estão sem perspectiva nenhuma, não temos área de esporte, não temos área de lazer. O único espaço esportivo que existe naquela cidade, o Estádio David Caldeira, está abandonado há muito tempo.

Até já existe uma indicação ao governador do Estado solicitando a urgente reforma daquele, repito, único equipamento esportivo de uma cidade tão importante da nossa Região Metropolitana.

E também os grandes bairros periféricos de Candeias não podem continuar daquele jeito. Os deputados que estiveram comigo lá notaram a depreciação da cidade. Os postos de saúde fechados; o PSF do bairro São Paulo, por exemplo, com portas, janelas e vasos sanitários arrancados; o do bairro Sarandi com um amontoado de lixo, baratas, ratos e insetos bem na sua frente.

Enfim, é um verdadeiro caos a situação da nossa cidade, Candeias. Deve haver uma intervenção imediata na saúde lá! É preciso que se encontre uma maneria legal de o Estado interferir para ajudar aquele povo, porque não é justo que os munícipes

fiquem sofrendo, sem uma esfera superior que possa ajudá-los.

Temos problemas em todas as áreas, mas sabemos que o governo do Estado não pode fazer nada, porque apenas repassa os recursos para a prefeitura, que também recebe recursos do governo federal.

Lamentavelmente, o erro é de gestão. São várias cidades que têm esse tipo problema. Mas alguns preferem o discurso mais fácil de, às vezes, condenar o governador. O discurso de que a culpa é do PT, é do PT. Ora, o PT não pode agir em cidades cujos prefeitos ou prefeitas são de outros partidos – e até mesmo quando são do Partido dos Trabalhadores – se a população não se manifestar primeiro.

Era isso que gostaria de deixar claro, porque a imprensa local, às vezes, bate sem conhecimento de causa.

Também quero dizer que tivemos a honra de receber em Candeias, essa semana, embora eu estivesse viajando para outra cidade, o querido secretário da Fazenda do nosso Estado, Carlos Martins, filho daquela cidade, mui digno filho da cidade de Passé, do povoado de Passé, terra do meu pai, onde ele nasceu. O secretário esteve lá tratando de assuntos políticos daquela região. Também esteve presente o deputado Nelson Pellegrino e outras lideranças, como o digno presidente do PT, Jonas Paulo.

Quero que o PT junto com os demais partidos, como o PSB, partido do qual faço parte, achem uma maneira, uma saída, um socorro para aquele povo, que não aguenta mais. A auto-estima do povo de Candeias está muito baixa, deputado Joseildo. Às vezes nos pegam nas ruas querendo soluções. Não entendem que deputado não gesta recurso. O papel do deputado, do vereador é tão somente legislar, denunciar, fazer lei, ainda se diga que não podem fazer lei que gere custo. Na verdade, o deputado, principalmente o estadual, não tem como colocar recursos para os seus municípios. Só o deputado federal, pelo que me consta, é que tem R\$ 13,00 milhões, ou R\$ 15,00 milhões anual para colocar em seus municípios. Lamentavelmente, o deputado estadual não tem nenhuma legalidade para colocar algum tostão em lugar nenhum.

Penso que nós, deputados do Estado da Bahia, deveríamos, sim, estar puxando esta conversa, fazendo este debate. Os eleitores não entendem que estamos aqui apenas para propor lei, para fazer projeto, para fazer indicação, mas não temos nenhuma segurança de que seja feito ou cumprido algo. Seria bom, sim, que buscássemos um debate no sentido de ver de que maneira o deputado poderia positivamente estar indicando alguma coisa para uma cidade na Bahia, que isso realmente fosse feito. Tenho certeza de que o nosso governador, como homem democrata que é, homem republicano, não se furtaria, e não se furtará, a permitir que um deputado, conhecendo a causa da sua região, a causa da sua cidade, tenha condições efetivas, verdadeiramente, de levar um equipamento, e que as emendas, inclusive, sejam acatadas de forma positiva. Precisamos abrir esse debate nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Joseildo Ramos e, pelos 5 minutos restantes, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de 5 minutos, depois o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos também. Pediria à deputada Maria Luiza Laudano, se puder, me substituir aqui.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Falarei depois dos oradores, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a falará depois. Então, depois da fala de V.Ex^a, pediria a V.Ex^a para me substituir.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, presentes nas Galerias Paulo Jackson, Imprensa aqui representada, funcionários desta Casa, volto a esta tribuna para destacar mais uma vez o resultado da ida da nossa presidenta Dilma Rousseff, acompanhada do único governador deste País, o nosso governador Jaques Wagner, à China e os frutos, o sentido político dessa viagem. Acredito que esta Casa precisa trabalhar na perspectiva de observar que o Brasil através da sua política externa adquire *status* de um país, cuja importância na participação nos grandes debates mundo afora já não passa despercebido por qualquer país, principalmente as nações mais desenvolvidas. E junto com os BRICS - Brasil, China, Rússia, incluindo a África do Sul agora junto com a Índia-, países chamados emergentes que após a crise que começou em 2008 e eclodiu em 2009 têm, principalmente a China, segurado o processo de crescimento em nível mundial. E, hoje, a China se constitui no maior parceiro comercial do país, superando os Estados Unidos.

E o governador Wagner conseguiu, dentre os mais de 20 acordos celebrados com aquele país, trazer para a Bahia uma iniciativa muito importante: uma processadora para produção de óleo de soja para o Oeste da Bahia, verticalizando a produção dessa importante *commodity* que agrega, além da produção agrícola, eu já disse aqui desta tribuna, muita tecnologia aplicada, tecnologia de ponta para produção em área tropical.

E serão 300 milhões de dólares, mais de 400 milhões de reais em investimentos, ou seja, 30% dos 20 acordos que foram celebrados e que importam em 1 bilhão de dólares. A delegação brasileira, durante 6 dias, seguiu com mais de 200 empresários. Dentre esses 20 acordos, vários são ligados a área de ciência e tecnologia, elevando a qualidade, o valor agregado daquilo que o nosso País vende para o exterior.

Portanto é um momento ímpar, principalmente porque o país define o seu rumo com independência, com altivez, valorizando as relações sul-sul, principalmente com os países africanos e os países emergentes, ampliando o portfólio comercial com vários países, dando muito mais segurança à plataforma de exportação do nosso País.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de identificar este momento como um momento ímpar do Itamaraty e da política externa brasileira. Mas, também, aproveito

para dizer brevemente da alegria de uma passagem que eu tive, há uns 2 dias, no município de Maracás, onde, deputado Luciano Simões, estava sendo entregue em perfeitas instalações uma unidade do SAMU, uma equipe completa, com todas as condições. O prefeito de Maracás, Nelson Portela, está de parabéns por essa iniciativa.

Também fui testemunha do trabalho que o Banco do Nordeste vem operando naquela região através do Agroamigo que trabalha a dimensão da economia solidária no campo para a agricultura familiar, fortalecendo os laços, garantindo capilaridade na ida do crédito para aquele que mais precisa, dinamizando a economia da região e elevando a capacidade de produção dos alimentos essenciais.

Portanto eram essas as boas-novas que queríamos trazer para o debate nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores das Galerias Paulo Jackson, companheiros servidores, senhores da imprensa, após a sexta-feira em que tivemos a oportunidade de realizar aqui uma sessão especial em homenagem aos mártires de Eldorado dos Carajás, e foi uma belíssima sessão, nós nos deslocamos para o município de Eldorado dos Carajás. E lá, no domingo, também celebramos e rememoramos um grande ato com uma marcha que reconstituiu as mesmas circunstâncias daquele massacre de camponeses que entristeceu a história deste País. Hoje cheguei aqui, à tarde, e não tive oportunidade de ouvir o deputado falando do “bolsa-filé.”

Então, eu gostaria de narrar a situação do município do Pará, que é um dos municípios mais ricos deste País, tem a maior mina de ferro do mundo. O município de Marabá é a terceira cidade deste País em morte e extermínio de jovens. E também na mesma região, nós temos o município de Parauapebas, que ocupa o quinto lugar em extermínio de jovens. Aquele Estado, que é um dos mais ricos da Federação, que tem a maior mina de ferro do mundo, ali a Vale não paga ICMS porque houve uma isenção do governo passado, governo do DEM, do PFL, e é esse modelo que hoje a sociedade herda. A exploração brutal da burguesia brasileira, a usura e a irresponsabilidade de como essa elite explora os recursos naturais desta Nação, ao mesmo tempo em que essa empresa enriquece, que tem um dos maiores lucros do mundo, companheiros das Galerias, essa empresa lucra 28 bilhões de dólares por ano e não paga impostos. E deixa ali a miséria para o povo.

Então, esse é o modelo que foi construído, e hoje nós temos que reconstruir uma nação. Companheiro deputado Carlos Geilson, V.Ex^a que está chegando agora, gostaria de contar com a sua presença naquela belíssima sessão, e colocar aqui que aquela situação de exploração não pode mais continuar em pleno século XXI neste País. É uma irresponsabilidade como são explorados os recursos naturais das florestas, e a madeira depois é toda levada daquele Estado, enriquecendo apenas uma

minoria. O que sobrou lá foi pastagem degradada e mais nada. Deputado Joseildo Ramos, infelizmente, nós vamos ter muito trabalho para poder reconstruir a miséria que ficou para o povo.

Então, ao tempo em que a empresa Vale do Rio Doce, deputado Carlos Geilson, não tem só uma “bolsa-carninha”, não; tem 29 bilhões por ano para distribuir por apenas 60 mil acionistas que vivem no exterior. São os americanos que levam o lucro daquela empresa e lá restam a degradação e a pobreza. Cinquenta por cento da população do Pará hoje vive num estado de pobreza absoluta; isso é o maior fruto da produção de riqueza para uma minoria.

Esse é o modelo que nós herdamos, e ali tem o dedo do intelectual chamado Fernando Henrique Cardoso, que privatizou aquela empresa a preço de banana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do Governo ou da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL-PRP-PTdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, falarão, por quatro minutos cada, a deputada Maria Luiza Laudano, e o Deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de quatro minutos e, posteriormente, por igual tempo, o deputado Zé Neto.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, galerias que nos honram com suas presenças, taquígrafas, venho nesta tarde, também, falar um pouco da saúde. Nós sabemos que o nosso estado é o estado onde os municípios poderiam assumir cada um a sua responsabilidade. Mas fica difícil para os municípios assumirem a responsabilidade de colocar num hospital várias especialidades, porque sabemos que o SUS paga as consultas deste tamanho, ou seja, bem pequenas. Há quantos anos uma consulta custa dois reais e pouco e não chega, sequer, a três reais!

Imaginem e pasmem os senhores que, realmente, em todo este estado quando aparecem os problemas de diagnósticos e especialização, meu presidente da Comissão de Saúde, têm que ser encaminhados para Salvador. E o que acontece? Por mais que se queira criar mais leitos e mais hospitais, ainda é pouco, diante da demanda de quatrocentos e poucos municípios.

E eu gostaria de dizer aqui que o nosso secretário da Saúde, Dr. Jorge Solla, é competentíssimo como médico, como administrador e tem o apoio do governador, pois eu tenho a certeza de que o governador Jaques Wagner dá prioridade à saúde como dá à educação, como dá ao social. Realmente, a gente sabe como é difícil.

Pasmem, pois nós estávamos em diligência até com a Comissão Especial de Território ou Territorial e um senhor, no município de Catu, estava montado a cavalo apartando um gado bravo, quando foi jogado longe. Ele caiu bateu a cabeça e ficou

em coma. Olha, eu trabalhei. Em viagem, falei com o secretário Jorge Solla que mandou de Alagoinhas, do Dantas Bião, uma ambulância equipada buscar este paciente. Trouxeram-no para o Roberto Santos e o operaram na mesma noite.

Vejam os senhores o custo disso, ou seja, pegar uma ambulância, mandar lá, pegar o paciente, trazer, operar! Gente, saúde é cara. Tratamento de saúde é muito caro! E a gente tem de ter a consciência de que tratamos com muita gente carente, pois há o desemprego, a fome, a miséria, etc. Quando se fala em saúde, o povo está doente, gente! Por mais emprego que se crie, por mais uma gama de trabalhos que se criem ainda é pouco para atender à nossa comunidade.

Mas eu queria aproveitar, Sr. Presidente, para falar também que, - infelizmente, no dia 14 de abril não pude estar aqui presente. Eu estive no município de Mata de São João onde eu tive a honra de ter quatro mil votos, e essa cidade comemorou a sua emancipação, ou seja, 165 anos. Como nós sabemos, Mata de São João tem assim – com a sua tolerância, Sr. Presidente – umas praias maravilhosas como o Porto de Sauípe, a Costa do Sauípe com os seus 176 hectares, o Projeto Tamar, as praias maravilhosas possuindo uma rede hoteleira incomparável onde recebe turistas para fazer esta homenagem.

Então eu quero parabenizar aqui o prefeito, os vereadores, os comerciantes, enfim, os líderes políticos de lá como também toda a sua comunidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Sras. e Sás Deputados, quero apenas, no lastro do que vinha falando aqui o nosso companheiro Marcelino Galo, reafirmar um posicionamento muito claro e muito concreto com relação ao que se deu semana passada na imprensa, como se fosse algo do outro mundo, este governo - que é um governo democrático - ter, numa situação de extrema responsabilidade, dado o apoio necessário, logístico, para que o Movimento Sem Terra estivesse aqui no nosso espaço, no Centro Administrativo, sem que ocorressem problemas ou mesmo situações que fugissem aos interesses deste governo, da sociedade, em todos os aspectos, desde os aspectos sociais, os aspectos relacionados a questões como segurança alimentar, já que havia crianças, mulheres e homens nesse processo de andar centenas e milhares de quilômetros, como temos visto em toda a história desse movimento e ter aqui nesse momento, nessa semana em que estamos, na semana passada, a permanência no Centro Administrativo.

Não tenho nenhuma dúvida de que é um equívoco profundo quando acham que a situação era para ser tratada de outra forma. Pergunto a alguns, como perguntei: Qual era mesmo o tratamento que deveria ser dado? Era para chamar polícia e colocar para fora do Centro Administrativo? Qual era mesmo o tratamento que deveria ser dado? Era de não deixar que algum alimento fosse fornecido para colaborar com um processo em que havia uma discussão, uma busca de

entendimento, um diálogo que estava sendo formado, para evitar, inclusive, que situações, como a que aconteceu em Brasília, há 2 anos, ocorressem aqui também? É um movimento que não é adversário do governo, tem o seu espaço legítimo na sociedade e merece o nosso respeito.

Foi assim, inclusive, nos outros governos, deputado Marcelino Galo, no governo de Paulo Souto; em Feira de Santana, quando José Ronaldo era prefeito, com o próprio Tarcízio. Não sei qual o prefeito ou governo que teria coragem, audácia, de dizer que daria as costas e trataria com violência, desmando ou desleixo.

O Sr. Marcelino Galo:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Caro deputado Zé Neto, quero agradecer o tempo que V.Ex^a me concedeu.

Quero dizer a V.Ex^a que tenho 33 anos trabalhando na reforma agrária, sempre trabalhei em órgão do Estado, e isso não foi novidade nenhuma nos governos. E aqui os deputados que hoje são Oposição e, no governo anterior, eram Situação, sabiam que era praxe do governo garantir a infraestrutura humanitária para que esses companheiros pudessem se manifestar de forma democrática.

O governador Paulo Souto, de uma forma muito humana, sempre o fazia. Também os governos anteriores. Não há nada de novidade nisso.

O Sr. ZÉ NETO:- Quero completar dizendo, deputada Maria Luiza Laudano, que preside esta sessão neste momento, quantas vezes o governo ajudou eventos empresariais no Centro de Convenções, quantas vezes? Quantos eventos, deputado Carlos Geilson, tivemos no Centro Empresarial, no Centro de Convenções, deputada Graça, e o governo ajudou, quantas vezes? Eventos de empresários, eventos que tinham outra dimensão, do plano comercial, e o governo ajudou, colaborou, abriu parte dos recursos que eram para ser cobrados no Centro de Convenções, deu ajuda a outras com mídia e tudo mais. Quer dizer: para isso, ninguém se insurge porque não pode se insurgir, porque é natural e é normal. É normal, porque faz parte do processo de um contexto de governo, que deve olhar o Estado em rede, em cadeia, e não nesse debate, para mim, já ultrapassado.

É uma pena que o movimento social tenha sido tratado dessa forma, com preconceito. Conscientes estamos de que temos muito a fazer com os movimentos sociais e adeptos históricos que não são de um governo só, são também do Estado como um todo no conjunto da história. Mas isso não quer dizer que nós, quando não podemos resolver todas as situações, temos que dar as costas e tratar com violência.

Quero só lembrar – e já encerrando – que esta Casa, por sinal, tem dado exemplo, em relação a todos os movimentos que chegam, de um bom tratamento, de um tratamento humano, igualitário, responsável, democrático e, acima de tudo, que preserva o ser humano como ser humano, e não como dejetos. As ideias nem sempre vamos conseguir conciliar, os interesses nem sempre vamos conseguir atender ou conciliar. Isso é do processo democrático. Mas do tratamento honesto, altivo, democrático, este governo não abrirá mão, não só com o MST, mas com todos os movimentos sociais, com todos os movimentos empresariais e a sociedade como um

todo. Todos merecem essa atenção, esse respeito e essa qualidade de atendimento.
(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Indico o nobre deputado Luciano Simões por todo o tempo. A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Luciano Simões por 9 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, deputado Zé Neto e deputado Calos Geilson, eu não ia tratar do tema aqui do bolsa-filé, era um assunto que deixaria para o dia de amanhã, mas notem os Srs. Deputados: quem assistiu aqui ao deputado Zé Neto, presidente da Comissão de Justiça, a defender a legalidade, a constitucionalidade e do bolsa-filé... Deputado Zé Neto, V.Ex^a deveria fazer o seu pronunciamento em direção ao Ministério Público. Entendeu, deputado Carlos Geilson? Foi o Ministério Público da Bahia, através de promotores renomados e alguns até professores de universidades, de Direito, que entendeu ser o bolsa-filé improbidade administrativa.

E agora, deputado Carlos Geilson, eu tinha dúvida quando li sobre essa questão da improbidade do bolsa-filé e já não tenho mais dúvidas quanto ao que foi dito aqui pelo deputado Zé Neto. Ele diz que o bolsa-filé é normal. Ainda mais - segundo colocou o deputado Zé Neto, está gravado nos Anais -, que se trata de pessoas que são “correligionários nossos”. Está aqui, falou desta tribuna.

O nosso companheiro e amigo deputado Marcelino Galo, no seu aparte, também disse que os companheiros devem ser tratados humanitariamente. Teriam de ser tratados humanitariamente, já que são companheiros, são de partidos, são parciais, teriam que ser bem tratados pelo Partido dos Trabalhadores, que devia estar levando para o bolsa-filé não o dinheiro público para financiar grupo que apoia partido político.

Os Srs. Promotores têm toda razão. Eu defendo a reforma agrária. Agora, nesse caso em particular, o Ministério Público tem toda razão. Trata-se de um bolsa-filé implantado sem lei aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia. E o governo, que, na verdade, é o governo de um titular que alguns próceres hoje apelidam de governador Zeca Pagodinho. “Deixa a vida me levar, vida leva eu”. É o governo atual. É o governo do governador Zeca Pagodinho. Aí você vem com o bolsa-filé, o governo não está nem aí. O Ministério Público entra com ação de improbidade, e o governo também não está aí. “Deixa a vida me levar”, deputado Carlos Geilson.

Então, o governo Zeca Pagodinho, deputado Zé Neto, deveria tomar providências sobre mais de dezenas ações de reintegração de posse que já foram julgadas pelos tribunais e pelos juízes de primeira instância, e o governo ordena ao comandante da Polícia Militar a não proceder e cumprir a ordem judicial com a reintegração de posse.

Isso é um absurdo. É o único Estado brasileiro que está fora do estado de Direito. A reintegração de posse está prevista na lei. Altere a Constituição, faça uma

PEC e altere em Brasília, já que o PT tem maioria no governo, altere o direito de propriedade.

Reintegração de posse é um direito que tem qualquer cidadão brasileiro, mas hoje na Bahia este direito está cassado pelo governador Zeca Pagodinho: “*deixa a vida me levar, vida, leva eu*”. É esse o quadro. Eu não iria falar sobre o “bolsa-filé”, mas fui forçado pelo pronunciamento do deputado Zé Neto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados,...

O Sr. Zé Neto:- O que é “bolsa-filé”?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Foi tratado aqui pelo deputado Carlos Geilson; a distribuição foi feita pelo governo: 600 kg de carne diariamente para partidários do Partido dos Trabalhadores. Por esse motivo, o Ministério Público considerou improbidade administrativa.

O Sr. Zé Neto:- Quando Paulo Souto recebia era o que?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Não sei, é problema de Paulo Souto. Eu não tenho nada a ver. Os erros do DEM, do PFL, é problema deles. Eles já foram punidos pelos seus erros. Toda vez que tem uma discussão aqui na Assembleia, querem desenterrar Paulo Souto, querem desenterrar ACM, ex-governador, a ditadura, os cachorros de Roberto Santos; isso já passou há muito tempo.

A herança maldita agora é Lula, que foi presidente da República; a herança maldita é Wagner, que governou durante 4 anos. Estamos com 100 dias de governo Wagner e aí está o quadro da Bahia.

O quadro, deputado Zé Neto, que coloquei para o deputado Rosemberg na semana passada foi quanto ao problema da violência. Esse fim de semana, em Salvador e Região Metropolitana, foram 28 homicídios, nobre deputado Bruno Reis.

Quando coloquei a situação aqui, na semana passada, o deputado Rosemberg falou do problema da educação, do problema social do País. Eu falei para ele que estava havendo uma contramão administrativa do governo do Estado.

O governador enviou para a Assembleia, na última sexta-feira, a reforma administrativa, uma mini-reforma, criando 776 cargos. Enquanto isso a Polícia Militar e a Polícia Civil não funcionam, com 586 concursados, sendo que desses 586 concursados, 90 já são servidores públicos e não iriam gerar tanta despesa com a sua designação ou nomeação, se for o caso.

O que ocorre? Os deputados Rosemberg e Zé Neto me contestaram. Mas a coisa ficou ainda mais clara. Para que o meu discurso ficasse correto, o nobre Secretário de Segurança Pública, no jornal *Correio da Bahia*, em entrevista exclusiva – está aqui o retrato do nosso secretário – por sinal um secretário competente, diz: “*Temos carência de policiais.*” Mas o governador diz que não nomeia por falta de recursos, e cria 786 cargos. Está no projeto de lei que nós deveremos votar amanhã ou na semana que vem.

Para quê? Temos carência de policiais no Estado, por esse motivo, o aumento dos homicídios, o aumento dos assaltos a banco. A repórter do *Correio da Bahia* enumera os mais recentes, dezenas de assaltos cometidos no Estado da Bahia. E não fica por aí.

Falei que o secretário tinha boa vontade, é uma das melhores equipes da Segurança Pública que já foi formada neste Estado. Os jovens têm vontade de servir a este Estado, mas como?

Estava no *site* da *Tribuna da Bahia*: “ *Policiais reclamam de condições de trabalho no Calabar*”. Sabe o que ocorre no Calabar, deputado Coronel Santana, V.Ex^a que é da Polícia Militar? Colocaram os policiais do Calabar para comer feijão azedo, está aqui na reportagem; a repórter da *Tribuna da Bahia* esteve lá na localidade. Estão comendo feijão azedo, dormindo com os cachorros à noite, trabalhando mais do que o horário permitido, passando dificuldade, sem gratificação, sem hora-extra e sem adiantamentos. Olhem o quadro!

A reportagem da *Tribuna da Bahia* flagrou, e o *site* de Jaciara Santos também traz foto a respeito da situação. É o discurso, deputado Carlos Geilson, que eu quis mostrar aos nobres representantes do governo que nós queremos ajudar a construir uma Bahia digna para as pessoas, com menos violência e com mais saúde.

Mas, hoje, está existindo um desvio total das prioridades do Estado. A prioridade não é segurança pública, não é saúde, é a propaganda enganosa que o Ministério Público da Bahia tem que se posicionar, como outros Ministérios Públicos do Brasil já se posicionaram. A questão do dinheiro que se gasta em propaganda mentirosa hoje na Bahia é um caso de polícia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PTN/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr^a Presidenta, pelo tempo do PSC/PTN, farei uso da palavra.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa, amigos das galerias, quero aqui agradecer as palavras do nobre líder Targino Machado, em relação a este humilde deputado que ora assume a liderança do Bloco PSC/PTN, com a ausência do nosso querido deputado para uma viagem ao exterior. Suas palavras fazem parte do excesso pela nossa amizade, pela nossa convivência nesta Casa, e vou-me esforçar o máximo para fazer jus a essa responsabilidade e ao crédito deste Bloco. Mas o deputado Zé Neto cometeu uma falha imperdoável em seu pronunciamento. Ao enaltecer o tratamento vip que o governo do Estado deu aos Sem-Terra que invadiu a Secretaria de Agricultura, no seu esforço, na sua eloquência advocatícia, ele tentou justificar, mas no contexto ele pecou quando disse: ainda mais que não são adversários do governo. Ora, subentende-se que se fossem adversários seriam tratados a pão e água. V.Ex^a deixou nas entrelinhas, cometeu uma falha e há de reconhecê-la, deputado. Não seja teimoso. Aqui é uma Casa plural, alguns prestam atenção nos discursos, e outros, não; mas eu presto, e vi que V.Ex^a cometeu uma falha inaceitável.

Fica muito claro que este governo trata os companheiros de uma forma

diferenciada daqueles que não fazem parte do grupo liderado pelo governador Jaques Wagner. Ora, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas...

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Um minuto, deputado, tenha calma, V.Ex^a falou, e eu ouvi atentamente. Educação, por favor. Se o meu discurso está chato ou incomoda eu paro, mas eu ouvi atentamente na minha cadeira de forma silenciosa. Posso lhe dar um aparte, deixe eu concluir meu raciocínio.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Pronto, dou um aparte a V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- Deputado, não existe falta de educação ao pedir um aparte.

O Sr. CARLOS GEILSON:- É que V.Ex^a fica gesticulando tentando atrapalhar meu raciocínio.

O Sr. Zé Neto:- O aparte é uma coisa natural. Já que V.Ex^a prestou tanta atenção no meu discurso, eu disse que fosse quem fosse, a sociedade como um todo deve ser tratada em rede, do empresário ao trabalhador, ou seja, qualquer um que procure o Estado deve ter o nosso apoio.

Ainda citei o exemplo de quantos eventos de empresários nós também ajudamos no Centro de Convenções. Demos ajuda de custos para bancar eventos importantes. Então, esses apoios também fazem parte do elenco de ajuda com os recursos do Estado. Eu disse-lhe que o tratamento é em rede, seja quem for.

Quando coloquei adversário, não foi porque era o MST, tendo em vista que não existe na sociedade qualquer adversário do governo que não seja bem tratado. Aliás, neste governo, deputado Carlos Geilson, um exemplo é Feira de Santana, em que o prefeito é do DEM e V.Ex^a tem visto o tratamento que estamos dando a ele, mesmo não sendo da nossa coloração partidária.

Nos oito anos do presidente Lula nós inauguramos neste País o Estado Republicano, e na Bahia, graças a Deus, não é diferente. V.Ex^a, que é nosso adversário político, tem recebido um bom tratamento em todos os aspectos. V.Ex^a é testemunha desse tratamento.

Portanto, quero apenas dizer que, independentemente de ser partidário ou adversário, qualquer que seja o membro da sociedade terá deste governo o respeito, visto que este é um governo democrático que tem altivez para dizer que, hoje, na Bahia temos o republicanismo instalado.

Muito obrigado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- V.Ex^a está satisfeito?

Mas eu volto à minha linha de raciocínio.

Acho que o “Bolsa Filé”, meu caro deputado Luciano Simões, é importante. Agora, os recursos não têm que sair dos cofres do Estado, porque, segundo o governador, os mesmos estão combalidos, tanto que há um contingenciamento de R\$ 1 bilhão. O “Bolsa Filé” tem que sair dos bolsos dos deputados Zé Neto, Marcelino Galo, do cidadão Jaques Wagner para custear o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, que invadiu a Secretaria da Agricultura. Mas quero falar sobre um assunto que foi abordado pelo nobre deputado Luciano Simões: a violência. Ora, ouço aqui os

deputados do governo, com discursos eufóricos, ufanistas, dizerem que a Bahia vive, agora, outros tempos. E é verdade, vive outros tempos porque a violência em Salvador aumentou 70%. São outros tempos, novos tempos. A violência no Estado da Bahia aumentou 50%. Paralelamente, a violência em São Paulo caiu 19,95%, e no Rio de Janeiro caiu 22,1%.

Ora, se estamos vivendo nesse mar de rosas, uma política de divisão de benesses para o cidadão baiano, que está sendo contemplado de forma equânime, isso no discurso dos governistas, qual o mistério dessa violência em nosso Estado? Se o governo está investindo de forma dura, enfática para acabar com as desigualdades, o que de fato está acontecendo, deputado Marcelino Galo, para que a violência em todo o Estado aumente 50%? Em Salvador, 70%? E nós estamos na contramão em relação ao Rio de Janeiro e São Paulo. Então, de fato, estamos vivendo novos tempos no Estado da Bahia, meu caro deputado Zé Neto.

Sei que V.Ex^a está pensando em Feira de Santana. Eu também estou. V.Ex^a é candidato a prefeito, está em campanha, fazendo o seu trabalho de buscar alianças para chegar ao Paço Municipal.

Mas a deputada Graça, através de sua assessoria, disse que o hospital de Candeias está uma lástima. Eu li, deputada, o *release* de sua assessoria, inclusive fiz questão de publicá-lo. E não li, em relação ao Clérison Andrade, qual foi a sua visão. Creio que hoje está numa situação melhor do que quando a senhora foi diretora da DIRES, época em que esse hospital tinha dificuldade para conseguir o alvará de funcionamento.

Hoje, está numa situação melhor. Mas essa situação melhor ainda permite que o cidadão seja atendido nos corredores, que haja falta de macas, de médicos. Embora tímida, devagar, a passos de tartaruga, mas é inegável que houve uma melhora.

Fica difícil concentrar-me no discurso com o deputado Zé Neto fazendo gracinhas o tempo todo. (Risos) Quero que V.Ex^a faça gracinha em 2012. (Risos)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. O Sr. Marcelino Galo:- Sr^a Presidenta, falará o jovem deputado Mário Negromonte Júnior.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre jovem deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr^a Presidenta, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, presentes às Galerias, imprensa baiana, venho a esta tribuna para dizer da minha alegria, gratidão e honra por ter assumido, no último dia 11, a presidência nacional da Juventude Progressista, através de uma eleição que contou com a participação de 23 estados. Todos votaram, de forma unânime, pela minha condução à presidência desse setor do nosso partido, que tenho muito orgulho de representar aqui na Assembleia.

Firmei, naquele momento, alguns compromissos, como o de fortalecer esse movimento e de ajudar no crescimento do nosso partido. Também assumi o compromisso de formalizar as comissões da Juventude nos estados onde elas ainda não estão formalizadas e de promover ações iguais às que estamos promovendo aqui na Bahia. Ações que combatem as drogas, o *crack*, a prostituição infantil, a direção após o uso do álcool.

Enfim, políticas públicas iguais a essas que venho propondo aqui através de projetos de leis, como o do exame oftalmológico para os alunos que ingressam no ensino público fundamental. Propus também a obrigatoriedade de se fornecer cadeira de rodas aos deficientes físicos, aos jovens das escolas públicas. E o último que apresentei visa reservar 10% dos contratos temporários que serão firmados com o Estado, através da Secopa, para estruturar a COPA do Mundo, a jovens de 18 a 24 anos.

Quero agradecer pelo apoio que a sociedade baiana, os deputados e V.Ex^a têm nos dado em razão dessas proposições, desses projetos que estamos apresentando em favor dos jovens baianos.

Devo também dizer que proporei outros projetos, porque acredito que a juventude ainda carece muito de ações, de políticas públicas para que possamos, de fato, vê-la valorizada e com vontade de contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado.

Quero aqui também, Sr^a Presidenta, falar da minha visita no último sábado ao município de Uruçuca, região sul da Bahia, junto com o prefeito Moacir e toda a sua equipe, além também do *staf* do governo estadual, mais precisamente da CAR, do diretor presidente Vivaldo e do superintendente Denival. Lá, participei da entrega de 38 banheiros para a comunidade da zona rural, além também de máquina, de uma patrulha mecanizada para atender ao povo da zona rural daquele município proveniente e fruto de emenda do então deputado Mario Negromonte, hoje, licenciado para assumir posto no Ministério das Cidades. Naquele momento, vi a felicidade do povo da zona rural e o carinho recebido de todo aquele município, que nos conferiu mais de 2.800 votos na última eleição. Pude ali também reafirmar o meu compromisso com aquele povo, que tem sido agraciado pelo prefeito, pela sua gestão, prefeito que é do Partido Progressista, Moacir, que tenho certeza muito irá fazer ainda nesse restante de gestão. Obviamente, todas essas ações foram parceria do governo federal com o governo do Estado, autorizadas pelo governador Jaques Wagner. E acabei de chegar de viagem, estive hoje em Paulo Afonso, junto com o secretário da Saúde do Estado, Jorge Solla, participando de um mutirão de catarata, começando com o cadastramento na última quinta-feira e, hoje, o atendimento, que vai até quarta-feira, atendendo a mais de 1.000 pessoas em Paulo Afonso e toda a região, com recurso proveniente do SUS, do governo federal, do governo Dilma, com parceria do governo do Estado e dos municípios daquela região de Itaparica. Um deles é o município de Glória, que fez o investimento de mais de R\$50.000,00 para atender à sociedade, que necessita dessa intervenção cirúrgica para que possa ser feito o melhoramento nessa questão da visão, de combate à catarata.

Assim como também parabenizo o secretário pela entrega de 3 leitos de semi-UTI para o município de Paulo Afonso, que é hoje comandado pelo DEM, da oposição, o que mostra que o governador tem sido um gestor que não olha partido, quem está governando e sim, aqueles que serão contemplados com as ações, que naquele momento seriam os munícipes de Paulo Afonso, cidade em que nasci.

Então, parabenizo o governador, o secretário Jorge Solla por mais essa ação no município de Paulo Afonso, que está muito feliz por ser atendido nessa questão de saúde, e nós que temos aqui combatido e buscando mais ações para a saúde de Paulo Afonso, a despeito do maior investimento no Hospital Nair Alves de Souza, que hoje tem como mantenedora a CHESF, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, mas o Estado não tem se furtado a ajudar. Tenho certeza de que a estadualização e a reestruturação desse hospital, assim como também a implementação da UTI, será tocada de forma muito rápida pelo nosso secretário. Já marquei uma audiência com o diretor administrativo da CHESF, Mozart, para logo depois do recesso da Semana Santa para que possamos definir uma proposta definitivamente, sendo redundante, mas é importante dizer isso, porque a sociedade de Paulo Afonso, de toda a região, e outros estados que estão sendo abastecidos, atendidos por aquele hospital necessitam disso.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente, e agradeço-lhe.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PR/PSDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 08 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Indico a nobre deputada Graça Pimenta por todo o tempo. A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a nobre deputada Graça Pimenta, de Feira de Santana, pelo tempo de 8 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- Exm^a Sr^a Presidenta da Mesa, Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Representantes da Imprensa Baiana, Srs. Assessores Parlamentares, componentes das Galerias, boa-tarde a todos e a todas.

(Lê) “O fato que me traz à tribuna desta Casa nesta tarde é um acontecimento festivo.

Estou falando da comemoração dos 49 anos de emancipação político- administrativa do querido município de Antônio Cardoso, cuja população sempre me recebeu de braços abertos.

Nobres parlamentares, ao elaborar a moção de congratulações ao município pela passagem deste 18 de abril de 2011, data importante para os moradores de Antônio Cardoso, constatei a riqueza histórica desta localidade.

Os registros históricos sobre Antônio Cardoso dão conta de que a fé e a religiosidade sempre estiveram presentes na trajetória desta cidade.

Os primeiros a desbravarem o território, que no futuro seria antonio-cardosense, foram jesuítas provenientes dos conventos do município de Cachoeira, no final do século XVII.

No local, os catequistas edificaram a capela de Nossa Senhora do Resgate, que foi elevado à categoria de freguesia em 1843, com o nome de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas.

A junção do nome da árvore de umburana ao nome da santa se deu por conta da grande quantidade de exemplares da árvore citada no local da edificação.

Com a criação do município de São Gonçalo dos Campos, em 1884, a freguesia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas foi anexada ao território são-gonçalense.

Em 1938, Nossa Senhora do Resgate das Umburanas teve o nome modificado para Uberlândia. E em 1943 o nome foi novamente modificado para Teriguatiba.

Em 18 de abril de 1962, a freguesia de Teriguatiba foi desmembrada de São Gonçalo dos Campos, elevada à categoria de município pela lei estadual nº 1682 e recebeu o nome de Antônio Cardoso, em homenagem ao chefe político da região.

Hoje, o município de Antônio Cardoso é formado pela sede e pelos distritos de Santo Estevão Velho, Poá e Oleiro.

Entre os pontos turísticos do município estão a localidade da Ilha, que é banhada pelo rio Paraguaçu e atrai muitas pessoas em busca de lazer, e a centenária igreja do distrito de Santo Estevão Velho.

O artesanato feito com matéria-prima natural, a exemplo do barro e da palha, é traço marcante de Antônio Cardoso.

A cultura popular é preservada através do samba de roda, com destaque para o Grupo de Sambadores de Tócos, novenas, cantorias entoadas durante a bata do feijão, queima de Judas, quadrilha junina, entre outros.

Um grande representante da cultura de Antônio Cardoso e da Bahia é o cordelista Antônio Ribeiro da Conceição, popularmente conhecido como Bulebule. Personalidade que recebeu a medalha "Ordem do Mérito Cultural" do Ministério da Cultura do Brasil em 2008, como guardião da memória popular brasileira.

Distante 139 quilômetros da capital baiana, o município de Antônio Cardoso possui uma população de 11.548 habitantes. População esta que contribui para a evolução desta localidade.

Porém, os antônio-cardosenses têm enfrentado alguns problemas com a prestação de serviços básicos com o abastecimento de água e a segurança pública, que são obrigações do Estado.

Sabendo da situação enfrentada pela população de Antonio Cardoso, enviei duas indicações ao governador Jaques Wagner, para que os serviços sejam melhorados.

O atual serviço de abastecimento prestado pelo Estado, através da Embasa, é insuficiente. No momento, o órgão não atende a demanda da população

por água potável e nem em quantidade suficiente para sanar necessidades básicas, como a de consumo.

Um serviço adequado vai melhorar a saúde da população e propiciar o desenvolvimento econômico da região, pois a produção rural também vai ser beneficiada com a melhoria do serviço.

Em relação à Segurança Pública, solicitei que o governador disponibilizasse, através da Secretaria de Segurança Pública, uma viatura da Polícia Civil para o município. A viatura vai dinamizar o trabalho dos policiais e terá como consequência a redução da criminalidade em Antônio Cardoso.

Na data maior, em que Antônio Cardoso comemora Imo sua emancipação política, parabenizo seus habitantes, desejando-lhes progresso e desenvolvimento social e econômico a essa amável terra.

Aproveito a ocasião para reafirmar meu compromisso de lutar por benefícios para a população antônio-cardosense.

Agradeço a atenção de todos”, e uma boa-tarde.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre deputado Pedro Tavares, peço a V.Ex^a que assuma a Presidência provisoriamente enquanto faço uso da palavra.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 9 minutos, o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, quero aqui registrar uma atividade da qual participei, na última sexta-feira, em Feira de Santana, foi o ato de refiliação ao Sindicato dos Bancários de Feira do bancário Osmar Pereira Ferreira, que foi preso em 1964 pela ditadura militar. O sindicato sofreu intervenção, seus dirigentes foram perseguidos, e o Osmar foi preso naquela oportunidade, tendo passado boa parte daquele período na clandestinidade. Durante os 12 dias de prisão sofreu torturas, maus-tratos, e retornou ao banco. Ao retornar ao banco, na época o Banco do Estado da Bahia, o bancário foi demitido arbitrariamente, injustamente, em razão do processo ditatorial dos militares daquele década.

Esse processo se arrastou por muito tempo e a partir do momento do fim da ditadura militar, da conquista de liberdades democráticas, foi possível buscar anistia, e o governo do Estado reparar os erros cometidos contra a sua própria população.

A Comissão de Anistia Política do Ministério da Justiça concedeu a anistia ao bancário Osmar Pereira Ferreira. E é interessante e gratificante observarmos que depois de um período de tanta repressão, de tanta violência, de tanta perseguição, de tantos assassinatos, ouvirmos do próprio governo o pedido de desculpas à Nação pelos crimes que cometeu contra os democratas, os progressistas.

Nesse sentido, Osmar Pereira Ferreira foi anistiado, e o ato de refiliação ao Sindicato dos Bancários se deu na última sexta-feira, em Feira de Santana, oportunidade a que tive o prazer de estar presente, um momento bonito, emocionante, em que o bancário foi refiliado ao Sindicato dos Bancários de Feira de Santana. Na época, a própria presidente Sandra passou a presidência ao bancário, simbolicamente, evidentemente, como ato de reconhecimento da luta e da nossa própria história e memória.

Precisamos rever todas essas questões, e é para isso que existe a Comissão da Verdade. Essa comissão é muito importante, porque precisamos resgatar a verdade do nosso País. Não se trata de perseguição, não se trata de buscar perseguir ninguém, mas simplesmente estabelecer a verdade dos fatos. Enquanto os nossos democratas progressistas foram presos torturados, perseguidos naquela época, principalmente os comunistas, hoje observamos e precisamos estabelecer a verdade de que aquilo foi uma perseguição absurda, inaceitável, condenável, e para isso é preciso que haja o reconhecimento. A Comissão da Verdade precisa estabelecer a verdade dos fatos. Na época em que os comunistas eram tratados de terroristas, isso era uma mentira absurda que se espalhava pelo nosso País. E é preciso se restabelecer a verdade: os comunistas são verdadeiros lutadores em defesa do nosso povo, lutam para construir uma sociedade justa, solidária, uma sociedade que estabeleça a justiça social, e essa verdade precisa ser restabelecida.

É preciso que a nossa população tenha conhecimento da nossa história, pois só dessa forma poderemos avançar, só dessa forma é possível corrigir os erros do passado, só dessa forma é possível avançarmos rumo à construção de uma sociedade mais humana, justa, na qual todos possam exercer a verdadeira cidadania.

Por isso participei desse ato, fiz questão de participar. Em meio a tantos compromissos, fiz questão de ir a Feira de Santana, ir à sede dos Sindicato dos Bancários de Feira de Santana para apoiar, presenciar e ouvir o relato de Osmar Pereira, um relato muito bonito, muito emocionado. Portanto, lá estava-se restabelecendo a verdade. É por isso que é necessário fortalecer a Comissão da Verdade.

A Comissão da Verdade não tem o objetivo de retaliar ninguém, mas, sim, restabelecer a verdade dos fatos, a história verdadeira do nosso País. Precisamos ter memória, o povo brasileiro precisa ter resgatada sua memória, porque quando se deflagrou a Guerrilha do Araguaia a censura foi brutal, nenhum órgão de comunicação tinha sequer o direito de divulgar o que estava acontecendo. E a guerrilha, naquela época, não foi divulgada, foi absurdamente censurada, e os guerrilheiros foram todos massacrados, assassinados pelo Exército. Hoje, a Guerrilha do Araguaia faz parte da história do Brasil.

É essa a verdade que precisamos restabelecer, por meio da Comissão da Verdade, para que a população tenha acesso à verdadeira história do nosso País e possa, efetivamente, avançar e construir uma sociedade justa e mais humana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Deputado Álvaro Gomes, depois desse brilhante discurso, solicito a V.Ex^a que me substitua à Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar DEM/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Falará o deputado Augusto Castro, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Augusto Castro, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, membros da imprensa, venha a esta tribuna nesta segunda-feira para manifestar minha indignação em relação a saúde pública no Município de Itabuna.

A saúde pública no Município de Itabuna vive a pior situação, hoje, do Estado da Bahia. O Município de Itabuna perdeu, no ano de 2008, a gestão plena da saúde e, hoje, suas unidades de saúde carecem de atenção e de investimentos.

Sr. Presidente, faço um apelo da tribuna desta Casa para sensibilizar o Sr. Secretário da Saúde do Estado da Bahia, Dr. Jorge Solla.

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa está agendado um encontro no dia 06 de maio, que contará também com o deputado Coronel Santana, representante de Itabuna, membro efetivo da Comissão de Saúde. Estaremos visitando as unidades de saúde e o Hospital Regional de Base Deputado Luís Eduardo Magalhães.

O Hospital de Base hoje, recebe pouco menos de R\$1,5 milhão de reais para atender a mais de 100 municípios da região do extremo Sul e do Sudoeste do Estado da Bahia. A população dessa região é atendida pelo Hospital de Base de Itabuna. As famílias de Itabuna e daquela região não têm uma saúde pública decente. O Estado da Bahia deveria repassar os recursos para o Hospital de Base, para a Secretaria de Saúde do Município e os postos de saúde e atenção básica à saúde em Itabuna.

Estive em contato com o secretário da Saúde Jorge Solla e ele mostrou boa vontade em nos atender e ir a Itabuna para conhecer a realidade em que se encontra o Hospital de Base. A realidade, deputado Marcelino Gallo, das unidades de saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna, dos hospitais Manoel Novaes e São Lucas.

Então, é preciso que o Estado faça um aporte dos recursos necessários para salvar Itabuna, para tirar Itabuna, e a região Sul, da UTI em que se encontra hoje. As pessoas estão morrendo em Itabuna, e é preciso que o Estado tenha mais atenção com a saúde do nosso Município.

Esta é a minha indignação, é um ao de repúdio que faço, porque acho que Itabuna, uma cidade importante no cenário estadual, precisa de uma atenção maior do Estado. Tem que repassar mais recursos para Itabuna. Houve várias audiências com o secretário da Saúde Jorge Solla, com a Comissão de Saúde, com a Secretaria Municipal de Saúde. Espero que o secretário Solla tenha sensibilidade para nos atender nesse pleito.

Tenho certeza de que iremos encontrar uma solução, tanto o Estado como o Município, a Secretaria Municipal da Saúde para todos os municípios que dependem

do atendimento à saúde em Itabuna, porque hoje acaba recebendo toda a população da região Sul e Sudoeste. Portanto o Hospital de Base precisa de novos investimentos, para ampliar seus leitos. E hoje Itabuna recebe só R\$ 1,5 milhão de reais para o Hospital de Base. É muito pouco! Temos hoje um hospital com nove leitos! A Santa Casa de Itabuna hoje tem 20 leitos, Sr. Presidente!

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Precisamos de investimentos, nobre deputado Luciano Simões, para dar dignidade ao atendimento à saúde em nosso município.

Concedo um aparte ao nobre deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Nobre deputado Augusto Castro, não sei se V.Ex^a acompanhou a sessão desde o início, mas para aqueles que estavam nas Galerias e os membros da imprensa ouviram, há poucos instantes, os deputados Zé Neto e José de Arimateia, este presidente da Comissão de Saúde desta Casa, parecia que estávamos num verdadeiro paraíso da saúde.

Eu relatei ao deputado Zé Neto e ao deputado José de Arimateia que eu não quis fazer hoje, mas depois da Semana Santa vou fazer um discurso sobre a saúde. Mas só ontem e hoje, a crise da saúde na Bahia foi machete por duas vezes no jornal *A Tarde*. O jornal, inclusive, dedicou uma revista com a entrevista de um dos homens mais respeitados do Brasil sobre a crise e a falta de programa no que diz respeito a transplantes de rins no Estado da Bahia. No dia de hoje, o jornal *A Tarde* dedica uma página em que diz que os portadores de HIV têm acesso tardio ao tratamento na Bahia por falta de operosidade, por falta de ação administrativa dos órgãos de saúde do Estado. E eu não tinha conhecimento, porque Itabuna é um município que foi governado pelo PT por várias vezes, é um município onde o governador do Estado teve uma votação exuberante e V.Ex^a relata uma crise maior ainda, porque Itabuna não atende só Itabuna, é sede de uma microrregião. Para lá convergem Floresta Azul, Itagi do Colônia, quase 121 municípios. E o Estado da Bahia deixa em estado degradante o Hospital de Base, o hospital principal que atende aquela região.

E o senhor como contador, como estudante do orçamento sabe que os recursos no que diz respeito ao sistema de saúde, ele vem em maior número para o Estado do que para o município. Nesse caso, deveria haver uma ação maior do governo do Estado para que fosse evitada essa crise que, infelizmente está causando problemas em mais de 60 municípios na região de Itabuna.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço, deputado Luciano Simões. Na verdade, Sr. Presidente, é que Itabuna realmente passa a pior situação da saúde hoje no Estado da Bahia. É de conhecimento de todos, o Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Itabuna tem essa consciência.

É preciso, Sr. Presidente, que a Assembleia Legislativa entre nessa luta conosco para poder salvar vidas em Itabuna. A UTI não funciona em Itabuna. Os hospitais filantrópicos, a Santa Casa, o Novaes, o São Lucas precisam de uma maior assistência e o Hospital de Base em Itabuna, hoje, recebe um recurso que não dá. O Estado precisa fazer novos investimentos.

Espero, realmente, contar com a sensibilidade do secretário da saúde do Estado da Bahia, Dr. Jorge Solla.

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr^{as}. Srs. Deputados
(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao Nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, queria voltar ao debate, porque acho que está havendo um verdadeiro escárnio a perversidade dessa ironia de batizar de bolsa- filé, quando os excluídos, os marginalizados e o deputado Luciano Simões que anda muito pelo semiárido e anda pela beira dessas estradas, ele sabe o que é viver num acampamento, 25 mil famílias de trabalhadores rurais que não tem a oportunidade de trabalhar e que querem apenas lutar para ter direito ao trabalho, a geração de renda e ali a temperatura, deputado Luciano Simões, de um barraco de lona preta, com 40 graus. Crianças, mulheres, idosos viverem nessa situação ainda em pleno século XXI, no seu próprio país. Isso nem nos países que vivem em greve, onde são obrigados a se exilarem, não vivem numa condição tão degradante quanto os sem-terras.

Então, aproveitar dessa situação de um tratamento humanitário que é uma obrigação do estado. Isso é um dever do Estado e aqui o deputado Carlos Geilson, também, usa da sua ironia, alegando que nós deveríamos pagar com o nosso próprio dinheiro.

Talvez, o deputado tenha saudades e aqui o próprio falou da operação policial que se deu no Calabar, um bairro de pobres, onde vivem os trabalhadores e ali, quando essa própria pobreza se politiza e vai à luta incomoda a elite, incomoda os seus representantes.

A polícia fez o seu dever nessa operação. E fez ali um gesto brilhante de se aproximar da comunidade promovendo um almoço para se integrar com ela. Com isso, pretende que a comunidade reveja a sua visão da instituição policial. E o resultado dessa operação não foram corpos fuzilados saindo em carrinhos de mão, como sempre aconteceu nas favelas, nos lugares onde moram os pobres.

E vimos deputados falarem aqui de bolsa filé, de sanitário químico. Ora, queria convidá-los para irmos lá, poderíamos até levar nossos filhos para comer aquele filé e para usar aqueles sanitários químicos.

Não cabe o que foi dito. Todos os governos, inclusive o anterior, sempre providenciaram infraestrutura para esses trabalhadores, que se deslocam dos mais longínquos interiores numa condição subumana, às vezes a pé, às vezes de caminhão, enfrentando todo tipo de dificuldade. E aqui, quando eles recebem um mínimo tratamento para cuidar da dignidade da pessoa humana, vemos todo tipo de piada.

Acho isso um desrespeito a esta Casa e aos pobres deste País e deste Estado. Deveríamos discutir aqui a questão de fundo, ou seja, onde está a matriz de reprodução da pobreza. E aí veríamos que 46% do território produtivo deste Estado estão nas mãos de apenas 1%, demonstrando o grau de perversidade e brutalidade de uma estrutura fundiária.

Então nós deveríamos homenagear aqueles que têm coragem de ir à luta. E aí o MST é um exemplo de dignidade, de cidadania, de ensinamento democrático para o povo brasileiro. Todos nós que acreditamos em um futuro melhor para esta Nação e na construção de um projeto civilizatório que leve à igualdade social, ao combate às injustiças sociais, devemos muito a esse movimento.

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Com o aparte a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Marcelino Galo, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e me somar ao seu protesto em relação aos discursos e ao palavreado da Oposição contra o nosso governo, contra os movimentos sociais e, em especial, contra o MST. Sobretudo porque isso humilha, maltrata, distancia, discrimina os trabalhadores e trabalhadoras da população mais pobre e mais sofrida deste nosso País.

Enquanto estamos aqui nesta Casa lutando por uma condição de vida melhor para o nosso povo, buscando que tenha acesso à terra – porque terra é produção de alimentos; e repartir o pão é garantir a vida –, alguns protestam contra isso.

Lamento que na hora de se elegerem, esses mesmos cidadãos, hoje deputados, passam pelos assentamentos, pelas áreas onde mora o nosso povo mais pobre, com promessas valiosas de enganação. Seria bom que esses deputados esquecessem os mais pobres e se elegessem apenas com a elite, ou seja, com aqueles que eles defendem.

Muito obrigada.

O Sr. MARCELINO GALO:- Muito obrigado, nobre deputada.

Deputado Luciano Simões, assim já o fez o chefe maior da Oposição, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que aconselhou o seu partido a deixar o povão e os pobres de lado. Na verdade, essa gente não tolera pobre. Eles sentem saudade do tempo em que se usavam a violência, o cassete e a humilhação, como a senhora fala, para tratar os pobres e os trabalhadores.

Então, o chefe maior deles aconselha que, a partir de agora, só tratem daqueles 30 milhões. E, pela contradição maior, esses 30 milhões que tiveram acesso à classe média, foi graças às políticas de inclusão social do nosso presidente Lula. E agora o Fernando Henrique aconselha que a Oposição só trate dele, não perca tempo. Portanto, essa turma não tolera o povo, na verdade o povo é apenas um instrumento para, na época da eleição, ter o voto do pobre trabalhador e depois dar as costas e utilizar todos esses instrumentos contra o próprio pobre.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui a minha indignação pelo que tenho visto nesta Casa e para que não mais aconteçam essas piadas, essas ironias que revelam o preconceito perverso dessa elite e de seus representantes contra o povo

pobre e trabalhador, homens e mulheres dignos deste País e do nosso Estado.

E na questão de ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de que fosse conferido o quórum para a continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Exª será atendido.

Estão presentes no Plenário apenas 7 Srs. Deputados, portanto não há quórum para a continuidade da sessão.

Declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*